

# **Território Quilombola e (Des)Envolvimento Local: Dificuldades e Superações no Quilombo Campinho da Independência, Município de Paraty\RJ**

Diogo Pereira das Neves Souza Lima  
[diogo.godi@gmail.com](mailto:diogo.godi@gmail.com)

## **Primeiras Palavras**

Desde que se romperam as formas comuns de convivência e arranjos coletivos tradicionais, baseando-os hoje na diferença social, praticamente toda produção humana tem se voltado para alimentar esta nova configuração ou para a busca de diferenciar aquilo que a mantém. Diante deste contexto mostra-se relevante a análise geográfica sobre a sociedade, considerando o/no tecido social com viés transformador e propositivo.

Considero necessário, nos apropriarmos da geografia enquanto sujeitos críticos, que produzem e atuam, reconhecem, convivem e caminham em um mundo desigual, e assim, buscam mudanças. É importante adotarmos uma postura de transformação e resgate, de recordação e mudança, de indignação e carinho, de raiva e amor.

Conhecer e compreender a questão agrária no Brasil e buscar alternativas que desvendem elementos da configuração do território voltado para o campo, são temas desafiadores e atuais. O emaranhado de relações que conferem significações aos processos históricos e rumos que a sociedade vem trilhando é relevante na pesquisa geográfica.

A possibilidade de estarmos vivenciando uma nova era social, nos leva a reexaminar valores e ponderar teorias incorporadas. Existe, cada vez mais, um sentido de desorientação e relatividade no avanço dos paradigmas teóricos, metodológicos e epistemológicos que nos guiam. Por todo lado, a ignorância, a cegueira e as inconseqüências acompanham a ciência moderna.

A reestruturação, a desestabilização do capitalismo, os arranjos produtivos, o capitalismo especulativo e financeiro, regionalismos e conflitos éticos, internacionalização de regras socioeconômicas e culturais, o ambientalismo antropocêntrico, entre outros acontecimentos, indicam para uma crise paradigmática e queda de velhas ordens e valores, assim como o surgimento de novas.

O engajamento interdisciplinar, nos diversos estudos sobre o presente, em dinâmicas cada vez mais velozes, têm levado muitos intelectuais a considerar as estruturas teóricas e conceituais das ciências humanas na perspectiva da pós-modernidade, ou neo-modernidade<sup>1</sup>. É possível pensar o “novo” moderno, ou a pós-modernidade, como contraditória e complexa, contextualizada em um novo momento do capitalismo. Adotar-se-á no presente trabalho o termo pós-moderno, pela falta de outro melhor.

---

<sup>1</sup> Ver Morin (2005), Santos (2003/2006), Jameson (2002) e Soja (1993).

## Introdução

“Muito antes de se apropriar do solo pela ciência, o homem começara a fazê-lo pela cultura.(...) No tempo inteligente das águas correntes para a fertilização do território, os agricultores modernos ainda têm o que aprender com os antigos.”

Élisée Reclus, em *Reação do Homem Sobre a Natureza*, 1881.

A compreensão das recentes transformações que envolvem a dinâmica socioespacial de comunidades tradicionais, ou seja, com características culturais ancestrais e constitutivas de relações sociais remanescentes de outras épocas. Ater-se-á mais especificamente às comunidades quilombolas, ou Comunidades Remanescentes de Quilombo, enfocando a resistência socioeconômica e espacial do quilombo do Campinho da Independência localizado no município de Paraty, litoral sul do Estado do Rio de Janeiro.

A temática “quilombola”, tem sido alvo de recente valorização. Os estudos sobre comunidades negras, em sua grande maioria habitando áreas classificadas como rurais, chama atenção de estudiosos, sobretudo entre os historiadores e antropólogos<sup>2</sup>. Mas os meandros do território quilombola são importantes especialmente para geografia, pois são a síntese e a complexidade de uma ocupação espacial particular, expressado na geo-história de resistência destes grupos.

Um dos poucos grande geógrafos que se debruçam sobre a temática quilombola, Manoel Correia de Andrade (2001) em seu artigo *Geografia do Quilombo*, pontua a apropriação de um espaço, e sua transformação em território, que serve de base à população para sua reprodução e conforma-o em suas aspirações culturais. O autor chama atenção para a pretensão de uma *geografia quilombola*, onde a localização não é o essencial, sendo necessário ir mais além. Busca uma análise crítica, onde o estudo geográfico sobre os territórios quilombolas, compreenderia ao “conjunto das relações geradas entre a natureza e o espaço de que esse agrupamento dispunha, com padrões técnicos, econômicos e culturais” (ANDRADE, 2001:75)

A complexidade do espaço rural em questão, considerado a partir de uma modernização alternativa na produção agrícola e com a realização de atividades não-agrícolas, aliando ao histórico particular das comunidades quilombolas e sua titulação coletiva, abre um leque de considerações relevantes e profundas na resistência dos “habitantes do campo” aos processos de exclusão. Aprofundaremos no estudo sobre o “desenvolvimento local”, a partir da coletividade em territórios quilombolas, valendo-se de projetos que visem criar estratégias de resgate cultural, auto-suficiência, permanência e pertencimento, que respeitem e dialoguem, respaldando na cultura e em sua situação socioeconômica e ambiental.

A história dos quilombos no Brasil se incide nas primeiras formas de resistência negra no Brasil. Sendo importante, assim, tratar as definições de quilombo e suas elaborações a partir do reconhecimento oficial, o qual culmina no direito constitucional de suas terras no artigo N° 68 do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição Federal de 1988, seguido do decreto governamental, de 2003, que concedem direito a essas populações à auto-atribuição como único critério na identificação das comunidades quilombolas. Este último, fundamentado na Convenção 169 da

---

<sup>2</sup> Ver Andrade (2001), Almeida (1999), Gomes (1996) e Jameson (2002).

Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de autodeterminação dos povos indígenas e tribais. Assim, quando o Estado confere o título de propriedade, está reconhecendo uma dívida social e nesse processo é legítimo e eficaz que se garanta preservar a história e a identidade quilombola, assim como abrir espaços de superações e oportunidades de sobrevivência digna e dialógica com outros segmentos sociais, assim como na interação com seu meio natural.

A criação de estratégias de resistência e superações nos quilombos atuais passa pelo resgate histórico de sua cultura e identidade, assim como pela sua sustentação econômica viabilizada pelo (des)envolvimento em atividades coletivas que subsidiem a luta quilombola na sociedade capitalista. Ou seja, a existência socioeconômica de comunidades quilombolas depende, entre outros fatores, do aprofundamento de alternativas coletivas e cooperativas ligadas aos valores étnicos, coletivos, familiares e de apego à terra, presentes nas comunidades tradicionais, garantindo a continuidade das raízes culturais, espaciais e históricas da comunidade.

Inicialmente problematiza-se o termo (des)envolvimento, para criticar a forma e o conceito moderno de desenvolvimento na sociedade atual, e analisar as estratégias adotadas que buscam um envolvimento com os habitantes do quilombo. Em uma busca de resgate cultural e resistência as dinâmicas da sociedade capitalista, o quilombo se recria, e passa a reinventar e redescobrir alternativas solidárias para escorar sua luta e seus objetivos.

Na estrutura do estudo, o escopo conceitual do trabalho, que será abordado no primeiro capítulo, buscará fundamentar os marcos teóricos que envolvem os paradigmas sócio-ambientais e territoriais dos quilombos no Brasil, sua identidade e espacialidade, referenciada numa crítica à ciência moderna. A conceituação do desenvolvimento, da ruralidade e dos territórios quilombolas, permeado pela política de áreas protegidas, dará suporte à reflexão das estratégias e caminhos dos quilombolas em questão. No segundo capítulo, é abordado o histórico do conceito “quilombo” em consonância com as leis que regem o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas no Brasil. Na segunda parte do capítulo se abordará o suporte conceitual do turismo em áreas rurais e especialmente do turismo-étnico. No terceiro capítulo, se delineará um histórico da luta pela terra no Brasil, do Rio de Janeiro (referenciando e exemplificando as comunidades quilombolas fluminenses), e posteriormente, da localidade do quilombo. Ao quarto capítulo, será abordado as alternativas adotadas pelo grupo estudado, seus atores envolvidos, e críticas dessas atividades, finalizando, ao quinto e último capítulo, em apontamentos das percepções feitas com o estudo. Durante todos os capítulos, há falas dos moradores da comunidade, ou de atores envolvidos com as atividades no quilombo, ilustrando as concepções e a dinâmica dos processos que ocorrem no território estudado.

Não se busca, pretensamente, defender as atividades dos quilombolas em questão como a única alternativa de envolvimento em comunidades quilombola, nem exaurir a temática do desenvolvimento local do território dos quilombos em toda a sua complexidade, assim como da pós-modernidade. O leque de atividades e a complexidade dos caminhos de superação e resistência, envolvem poderes e dinâmicas, que não conseguiriam ser aprofundadas somente com esse trabalho.

Dentro da gama de atividades quais interagem atores internos e externos, pretende-se concentrar no conceito de “desenvolvimento local”, buscando a melhoria da qualidade de vida de famílias de agricultores familiares e extrativistas através da atuação das organizações comunitárias locais e da conservação da Mata Atlântica, focando o Quilombo do Campinho da Independência, no município de Paraty. Materializado em atividades

participativas de capacitação e fortalecimento das organizações representativas das comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Incentiva-se a adoção comunitária de uma produção agrícola alternativa, capacitada pela promoção da agroecologia como estratégia de melhoria de qualidade de vida, fomentando a criação de instrumentos de exercício da cidadania, que acompanhem a defesa dos interesses dos pequenos produtores rurais, com ênfase na participação de jovens e de grupos de mulheres artesãs.

De tal modo, procura-se problematizar e aprofundar em um estudo do desenvolvimento sustentável local no mundo rural, baseado na cooperação entre governo, sociedade civil e comunidade internacional, atuando institucionalmente em ONG's, universidade, agentes públicos e na comunidade, que buscam juntos, construir alternativas para o desenvolvimento econômico e social aliado à sustentabilidade ambiental.

## **Capítulo 1 – Modernidade Geográfica no Campo: O Paradigma Sócio-Ambiental nos Quilombos**

“Os tempos são difíceis mas modernos”

Provérbio Italiano

A formação conceitual pós-moderna deriva do bojo de múltiplas teorias que contrapõem os racionalismos iluministas desde o dialético-materialista ao fenomenológico. Assim, a pós-modernidade se mune de diferentes matrizes teóricas, objetivando a reflexão sobre a verdade social da ciência e contestando a estreiteza da verdade científica moderna, suas certezas e sua organização metódica pouco sensível à desestruturação e incertidumbre provocadas pela própria ciência moderna na sociedade.

A aproximação pós-moderna gira em torno de alguns pontos de discussão, ramificando em trilhas específicas e reunindo um arcabouço conceitual diverso, que se torna difícil de delimitar, ordenar e compreender. Essas idéias evidenciam fraturas no pensamento moderno e apresentam-se como uma novidade teórica dinâmica e complexa em construção. Trazem ainda, componentes da complexidade, da diversidade e do multiculturalismo, aliados às dificuldades de se discorrer sobre a realidade e à insuficiência dos enfoques modernos da ciência sobre a verdade, a cultura, a sociedade. Desconstruindo e reconstituindo a idéia e os ideais de modernidade, assim como de desenvolvimento.

Norbert Elias, Manuel Castells e Pierre Bourdieu (na sociologia/antropologia), Edgard Morin e Boaventura de Souza Santos (na filosofia), Eduardo Galeano, Ítalo Calvino (na literatura) David Harvey, Edward Soja e Ruy Moreira (na geografia) são exemplos de pensadores e escritores que buscam abrir possibilidades de reavaliação das formas teóricas e metodológicas, buscando novas propostas de “remodelar”, “refazer”, “abordar” e “mudar” os estudos de compreensão do campo teórico e de suas relações, não necessariamente classificadas como pós-modernas, mas podendo dar suporte a esse novo entendimento conceitual.

A geografia, com suporte da teoria social crítica, reflexo das abordagens marxistas, tem revogado incorporar, mesmo que tardiamente, a espacialidade ao materialismo histórico e ampliar uma interpretação materialista da espacialidade, o “materialismo histórico-geográfico”. Edward Soja incita os geógrafos a buscarem acrescentar a disciplina geográfica à história, faria uma extraordinária diferença, tanto na disciplina, sempre em crise (sobretudo por seu objeto, o espaço), como no materialismo histórico, hoje já tão metamorfoseado. O historicismo crescente e aprisionante limitou a geografia ao pano de

fundo do discurso social crítico, fazendo com que a ciência geográfica buscasse renovações.

Como destaca Soja (1993),

“É preciso desenvolver um novo ‘mapeamento cognitivo’, uma nova maneira de olhar através dos véus gratuitos do pós-modernismo reacionário e do historicismo moderno avançado, para incentivar a criação de uma consciência espacial politizada e de uma práxis espacial radical” (SOJA, 1993:95).

Eis o desafio. Sobretudo, porque a atual globalização multidimensional, com sua fase hegemônica de globalização especulativa, determina e usufrui da compressão espaço-tempo; onde o espaço se torna fluido, e o tempo simultâneo e espontâneo (SANTOS, 2002), assim se tornando relativos.

Morin (2005), em sua obra *Introdução ao Pensamento Complexo*, alerta para a necessidade da tomada de consciência acerca do pensamento complexo, não nomeando como pós-moderno, mas poderíamos dizer que se encontra no mesmo campo. Morin critica a Razão racionalista, que afugenta os mitos e trevas para os remotos imaginários da mente, que acaba por ficar cega e ignorante à medida que aprofunda e especializa seu discurso e se torna cada vez mais incapaz de reconhecer e aprender a complexidade do real. Dessa forma, aponta quatro pontos dessa direção consciente, relacionados aos frutos da ciência moderna:

- 1- As causas internas do erro não estão no erro de fato, como falsa percepção, ou no erro lógico, como incoerente, mas no modo de organização do saber num sistema de idéias, como as teorias e ideologias.
- 2- O fato do desenvolvimento da ciência está ligado diretamente com uma nova ignorância.
- 3- Existe uma nova cegueira ligada ao uso degradado, e por que não promíscuo, da razão.
- 4- O progresso cego e incontrolado do conhecimento, ameaça gravemente a sociedade. Como o desenvolvimento de armas nucleares, degradação da natureza, dos próprios tecidos sociais, manipulações da bioengenharia, genéticas e bioquímicas. (MORIN, 2005).

O autor não critica a razão e seu processo evolutivo, mas sim os processos internos da racionalização que a sufoca. Na busca de uma epistemologia da complexidade, onde a totalidade é uma não-verdade, a ciência e o conhecimento se aparentam mais como o lugar das perguntas e não das respostas. Nesse sentido, a teoria objetiva do sujeito não anula o caráter subjetivo do sujeito, permitindo desenvolver a subjetividade e sua busca ao homem sujeito-consciente. Toma partido de um sistema aberto, com uma unidade complexa, onde um “todo” não se resume à “soma” de suas partes, e existe uma dinâmica de equilíbrio, mas não de harmonia. O confronto e a contradição fazem parte da busca de um equilíbrio dinâmico e conflituoso, desmistificando o caráter estável, estacionário e harmônico, assim desprezando os fatalismos e as acomodações (MORIN, 2005).

Capra (2005) vai no mesmo sentido, ao buscar definir uma operacionalização da sustentabilidade ecológica, fundamentada numa ecologia profunda, na “teia da vida”, assim proposto pela *ecoalfabetização*, que reflete na teoria dos sistemas vivos e no pensamento sistêmico. Destacando assim que:

“Todo organismo – animal, planta, microrganismo e o ser humano – é um todo integrado, um sistema vivo. Partes de organismo, como folhas e células, também são sistemas vivos. Em toda natureza encontramos sistemas vivos dentro de sistemas vivos. Os sistemas vivos também incluem comunidades de organismos, que podem ser sistemas sociais – uma família, uma escola uma cidade – ou ecossistemas” (Capra, 2005:26).

Apesar de se desconfiar da pós-modernidade como campo de possibilidades e atuação da pesquisa, a referência na epistemologia da complexidade e no pensamento sistêmico não pode ser desmerecida em seus avanços, quais apontam para mudanças na ordem social. No campo das ciências sociais, e com base na análise feita por Pierre Bourdieu (1998), pode-se apontar para algumas mudanças importantes como: a transformação dos campos artísticos e acadêmicos; mudanças na esfera cultural da produção, consumo e circulação vinculados às transformações do poder, da classe e de grupos sociais; e mudanças nas práticas e experiências de grupos envolvidos em novos meios de orientação, comunicação e formação identitária.

Não se busca, pretensamente, abordar toda profundidade do tema pós-moderno, mas sim dar respaldo teórico para a análise interdisciplinar e múltipla feita sobre as relações de resistência e superação operadas no quilombo e as transformações identitárias dos quilombolas, do ponto de vista espacial, evidenciando as estratégias como caminhos para suprir necessidades e dinâmicas do grupo em questão.

Sobre formas constitutivas das identidades, buscar-se-á pontuar conceitualmente seus fundamentos no estudo de Castells (1999), no segundo volume de *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, na segunda edição de seu estudo intitulado: *O Poder da Identidade*. Na procura dessa identidade e da ação, supostamente pós-moderna, seguiremos apontamentos dessas mudanças na análise de Boaventura de Souza Santos sobre a ciência pós-moderna, acerca da democracia, Estado e formação identitária, assim como na obra de Milton Santos, *A Natureza do Espaço*, sobre a espacialidade e as redes, particularmente as de solidariedade. A recente transformação da identidade estrita ao mundo rural se fará mais adiante quando se levantará a questão agrária, a ruralidade, assim como as dimensões espaciais do território e do local.

Castells (1999) discorrendo sobre a formação identitária, sendo entendida como processos que refletem a construção de significados culturais ou ainda, conjuntos de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significado, propõe a construção social da identidade, marcada pelas relações de poder, em três formas:

1 – Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes, objetivando expandir e racionalizar seu controle em relação aos atores sociais, no bojo de teorias de autoridade e do nacionalismo.

2 – Identidades de resistência: criadas por atores que se encontram numa situação desvalorizada e/ou estigmatizada pela lógica da dominação, construindo focos de resistência e sobrevivência com princípios que permeiam ou se opõe às instituições da sociedade.

3 – Identidade de projeto: produzida pelos atores no sentido de redefinir sua posição na sociedade, buscando a transformação de toda estrutura social. (CASTELLS, 1999)

Essas formas e origens de construção de identidades podem se alterar, assim como se sobrepor, tendo em vista que na dinâmica das identidades, nenhuma pode constituir uma essência e nenhuma delas se encerra por si, inter-relacionando com processos progressistas ou retrógrados, provocando resultados distintos na constituição da sociedade (CASTELLS, 1999).

Segundo Santos (2003), refletindo sobre as características do social e político no pós-moderno capitalista, encontram-se problemas principais que levam as soluções fundamentais, os quais teriam como dificuldade: primeiro a “dificuldade do sujeito” com crise instalada pelo individualismo e consumismo; a segunda dificuldade referencia-se a uma “temporalidade própria”, de médio e longo prazo (intergeracional); e a terceira seria “a questão do inimigo”, contra quem lutar se ao globalizar, se encontram em todo lugar e em lugar nenhum ao mesmo tempo. (SANTOS, 2003). Dificuldades grandes em uma sociedade cada vez mais imediatista e desigual.

O autor, com uma reflexão contundente sobre a reinvenção da democracia e reinvenção do Estado, ataca a democracia das elites e o Estado dos ricos, contrapõe a renovação ao reformismo, em uma análise sobre a crise do contrato social. Propõe assim, sociabilidades alternativas, a partir da reinvenção da deliberação democrática, discorrendo sobre um novo contrato social, que seja mais inclusivo, não só aos homens, mulheres e grupos sociais, como também à natureza. Um contrato que seja mais conflitivo, tendo em vista que a inclusão passa por critérios de igualdade e diferença, ou diferenças dentro de igualdades, no qual leve em consideração reconstruir o espaço-tempo da deliberação democrática que abarque espaços-tempo relegados como o local, regional e global. E, por último, um contrato que não se baseie na clara distinção entre Estado e sociedade civil, entre economia, política e cultura, ciência e senso comum, entre o público e o privado (SANTOS, 2006).

O sociólogo português esboça princípios dessa reinvenção de espaços de deliberação democrática, pontuando: primeiro, sendo as alternativas criadas no molde do convencional, não basta elaborar alternativas, mas ter um pensamento alternativo sobre as alternativas. Propõe dessa forma, uma epistemologia e uma ação que se diferenciem da moderna, onde a ignorância (sendo o caos), chega no saber (sendo ordem), para uma epistemologia e uma ação que parte da ignorância (sendo o colonialismo) e chegue a um saber (sendo a solidariedade). O segundo princípio seria diminuir a vigilância sobre a estrutura da ação e centrar a atenção na distinção entre ação conformista e ação rebelde, descentralizando a insegurança e a ansiedade para os incluídos. E o terceiro princípio, da exigência cosmopolita, entendida como exigência multicultural, que una segmentos sócio-culturais que a compressão espaço-tempo fragmenta (SANTOS, 2006).

Atualmente os moldes sociais, fruto desta compressão espaço-temporal, têm ingressado na convergência de conflitos da globalização e da identidade. O conceito de meio técnico-científico-informacional, de Milton Santos, evidenciado pelas modalidades e etapas produtivas que atendem aos atores hegemônicos da economia, da política e da cultura, tem desafiado muitas organizações sociais, e estimulado algumas outras, em sua construção identitária. Essa nova organização social em rede, que o processo globalizante impõe, tem destruído e (re)formulado novos valores, abalando instituições, transformando culturas, efetivando riquezas, mascarando e induzindo pobreza. À medida que se criam novas divisões e dimensões do trabalho, ocorre, paralelamente uma exigência na renovação de ideologias, contra-hegemonias e dos universos simbólicos, tornando-se possível o

entendimento do processo e a busca de sentidos (SANTOS, 2006). Daí, tornando-se necessária a construção identitária da solidariedade e da contra-hegemonia.

O espaço geográfico atual, permeado pela noção de redes sociais e políticas, reflete na conectividade, dando-nos a noção de articulação e das escalas de poder. Mas podemos enxergá-la nas escalas de articulações da solidariedade. Milton Santos descreve, pelo menos três níveis ou tipos: primeiramente a mais nova, a global; secundamente a do território dos Estados, resultante de um contrato e limitada por fronteiras; e a terceira que é a local, onde a fragmentação das redes ganha uma unicidade e concretude (SANTOS, 2002).

### 1.1 – A Questão Agrária e a Identidade

“No geral, debita-se na conta de uma suposta e nunca comprovada resistência das populações rurais para a mudança e a modernização a responsabilidade por esse desastre social. Essa resistência, ficou evidente, era resistência ao que para elas não tinha o menor sentido e não podia, portanto, ser compreendido. A culpa, no fim das contas, é da vítima.”

José de Souza Martins, <sup>3</sup>.

Segundo o *Glossário de Termos Utilizados em Desenvolvimento Rural* (GTUDR), organizados por Marcelo Miná Dias (2007), a “questão agrária” pode ter dois sentidos, primeiro, em termos clássicos:

“O bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital (...). Ele pode se manifestar como redução da taxa média de lucro, motivada pela importância quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas” (DIAS, 2007:61) <sup>4</sup>.

e em segundo:

“O conceito de ‘questão agrária’ pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito de questão agrária sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território” (DIAS, 2007:61) <sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> MARTINS, José de Souza. *O futuro da Sociologia Rural*. Exposição em plenário, no X Congresso Mundial de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 2000.

<sup>4</sup> GTUDR, referente à obra de José Souza Martins, *Reforma Agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2001

<sup>5</sup> GTUDR, referente à obra de João Pedro Stédile, *A Questão Agrária no Brasil: O Debate Tradicional: 1500-1961*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.



A luta dos habitantes do campo não é só dos agricultores e de quem dele vive, se realmente todos não dependem do mundo rural e de suas práticas. O *homo economicus* trazido pela racionalidade econômica, é esvaziado no campo, pois o interesse do indivíduo mostra-se orientado por um conjunto de vínculos sociais, comunitários, e não somente por regras redutíveis a elementos da esfera econômica. Apesar das teorias econômicas racionalistas serem coerentes e muito bem arquitetadas, dificilmente censuradas internamente, estariam apoiadas em pressupostos equivocados. Os economistas teorizam acreditando num equilíbrio geral, ou fingindo acreditar, que assim ocorra: racionalidade ilimitada, indivíduos soberanos e que sabem qual é o melhor investimento, a terra e outros recursos como inesgotáveis e existindo informação e homogeneidade para investimentos.

A modernização da agricultura e os conflitos no campo são referências importantes do avanço da análise geográfica no campo, posto que as novas formas de explorar o trabalhador do campo, impostas pelo capitalismo avançado, vem dificultando a recriação e sobrevivência deste segmento social. Portanto, é através do conceito de ruralidade que se irá buscar apresentar as estratégias e mudanças identitárias que regem esses grupos.

A ruralidade se apresenta como um campo conceitual polêmico, complexo, dinâmico, impreciso e uniforme. Provendo da idéia de *continuum* espacial e de *habitus* da análise social, tem raízes nas distinções e semelhanças entre rural e urbano. Podendo ser entendida inicialmente por um conceito de natureza territorial e não setorial (ABRAMOVAY, 2000), e sendo pensada no conjunto de formas referidas à visão de mundo que orienta práticas sociais, entendida como a construção social específica dentro do conjunto societário, que de acordo com modo de ser e viver é mediado pela inserção nos processos sociais e históricos específicos (MARTINS, 2000).

O conceitual acerca das diferentes apropriações do termo ruralidade no Brasil, envolve uma dinâmica relacional da vida no campo e o meio ambiente, referenciado a uma transcendência política no ideário de natureza. Como explicitado por Moreira e Gaviria:

“em geral, a ruralidade refere-se, portanto, às relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e às relações próprias de interconhecimento dessas relações, densificadas pelo conhecimento e pela comunicação direta, face a face. A articulação entre as noções de rural e de identidade social é que nos permitirá falar em ruralidade.” (MOREIRA e GAVIRIA, 2002:51)

Assim, o mundo rural e as identidades sociais, passam a sofrer no presente intervenções cada vez mais profundas e marcantes. E de vez em vez, se anuncia o fim do rural. Mas, considerando essas áreas rurais e, enquanto tais, inicialmente suportadas predominantemente pela agricultura, inclinam-se com tendências cada vez maiores de atividades não-agrícolas, pela manifestação de práticas, que são expressões da construção de identidades sociais. Quanto mais o campo produz, mais expulsa, pois está calcado num modelo poupador de mão-de-obra e degradante, que ameaça toda a sociedade e a natureza, portanto, os habitantes do mundo rural se recriam para continuarem no campo.

As maiores transformações atuais decorrem da ida de milhares de agricultores para a cidade, para serem incorporados ao mito da urbanização e à demanda das atividades industriais. Para suprir o inchaço das cidades e essa demanda da indústria, ao campo é atribuída a grande fonte de alimentos abundantes e baratos. A quantidade de alimento por produtor nunca foi tão grande, assim como o preço dos produtos agrícolas nunca foram tão

baixos. Essa necessidade de pessoas “baratas” na cidade, assim como um exército de reserva de braços para a indústria, foram os grandes incentivadores das transformações no campo, nos hábitos alimentares, assim como um distanciamento maior com a natureza.

Sem dúvida, as sociedades rurais têm vivido grandes transformações, sobretudo nos últimos 50 anos, provocando mudanças tanto na base produtiva como em sua organização social. No entanto, tal processo ultrapassa o rural e estende-se a toda a sociedade. As principais mudanças internas que envolvem o mundo rural atualmente, decorrem da crescente ocorrência de atividades tipicamente não-rurais no campo, principalmente aquelas do setor industrial e de serviços. Essa mudança vem deslocando a relevância analítica, não mais em espaços rurais versus urbanos, e ganhado expressão em um enfoque espacial, seja territorializado, seja localizado, para ponderar essas novas mudanças.

Destarte, nas análises sobre as transformações recentes sobre a ruralidade notam-se duas perspectivas: de um lado, aquela que retoma a procura por indícios ao desaparecimento das populações rurais e, portanto, na subordinação e sumiço deste espaço social à hegemonia do processo de urbanização e industrialização da sociedade contemporânea; e de outro constata ao observar os mesmos processos, a particularidade e a heterogeneidade dos modos de vida que se desenvolvem nesse espaço social, permitindo assim: observar as permanências, reconstruções, renovações e a emergência de processos sociais e ambientais que dão especificidade a essa forma “sócio-espacial” que é a realidade rural, fazendo frente às novas formas de organização da sociedade capitalista contemporânea.

Ao mesmo tempo em que se trata do rural oficial (do IBGE) como resquício, se apresenta uma urbanidade como sendo à entrada da nação no mundo desenvolvido. Uma região com mínimo de infra-estrutura e concentração populacional já é considerada “urbana”, trazendo uma distorção do rural marcado pela carência e sua emancipação social vista somente através da urbanização e da industrialização.

A relação rural-urbano tem sido constantemente tencionada na perspectiva do moderno. Apesar de não ser diretamente esse o objetivo desta investigação, é importante trazer o referencial teórico da ruralidade para sustentar as mudanças identitárias na sociedade atual, especificamente nos quilombolas. Objetiva-se pela ruralidade, ponderar a mistificação da precariedade do rural e aprofundar os caminhos de estratégias dessas comunidades, identificando os momentos de resquícios de “uma velha ordem” coletiva que se encontra buscando seu espaço e criando uma “nova ordem” coletiva, saindo exclusivamente da margem da lógica capitalista, ou se mantendo paralela a ela, com formas cooperativas e solidárias que formam uma resistência ao crescente processo de exclusão social colocado pela modernização do campo.

Moreira (2005), analisando as formações identitárias e refletindo sobre as oposições campo-cidade, moderno-tradicional, selvagem-civilizado, herdado da modernidade, sinaliza a ruralidade aos domínios da natureza e da tradição. Ruralidade esta que passa por significativas modificações. Postula-se assim a existência de um processo de resignificação do mundo rural nas sociedades contemporâneas, associado aos recentes processos de globalização e exercício da hegemonia das políticas neoliberais (MOREIRA, 2005). O autor, lidando com vários autores que decorrem sobre a historicidade da formação identitária, carregado de tudo aquilo que foi, criou e se tornou, incorporado consciente ou inconsciente. Balizaremos pela adequação da identidade que conforma-se com uma história reificada e incorporada, pertinente a análise de Pierre Bourdieu, na formação do conceito de *habitus*, ou melhor, *habitus* científico.

O conceito de *habitus*, com origem no pensamento aristotélico, é retomado por Bourdieu na tentativa de estabelecer uma transcendência à oposição entre objetivismo e subjetivismo. Assim, o *habitus* se constituiria numa noção mediadora que ajudaria a romper com a dualidade do senso comum entre o indivíduo e a sociedade, captando a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 2002), ou seja, o modo como a sociedade se torna inserida nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou propensões estruturadas para pensar, sentir e agir determinadamente, em respostas ao apelo do seu meio social. Explicitando assim, nas palavras de Bourdieu, a função do *habitus* relaciona-se a história reificada e incorporada, quais gerem arranjos sociais e indicam a compreensão que:

“O ser social é aquilo que foi; mas também que aquilo que uma vez foi ficou para sempre inscrito não só na história, o que é óbvio, mas também no ser social, nas coisas e nos corpos. A imagem de porvir aberto, com possíveis infinitos, dissimulou que cada uma das novas opções (mesmo tratando-se das oposições não feitas do deixar-fazer) contribui para restringir o universo dos possíveis ou, mais exatamente, para aumentar o peso das necessidades *instituídas* nas coisas e nos corpos, com a qual deverá contar com uma política orientada para outros possíveis e, em particular, para todos aqueles que foram, a cada momentos afastados.” (BOURDIEU, 1998:100).

Assim, o *habitus* estaria referido às práticas sociais, e à sua relativa autonomia, no que diz respeito às determinações externas do presente. Essa concorrente autonomia refere-se ao passado, ordenado e atuante, que funciona como capital acumulado, historicizado em sua base e que assegura a permanência no interior da mudança, como agente individual num mundo no interior do mundo (BOURDIEU, 1998). O conceito de *habitus* é amplamente empregado nas pesquisas das ciências humanas, pois refere-se à memória social. Aplicado à área do desenvolvimento rural, utiliza-se arcabouço conceitual do *habitus* no significado de uma “estrutura estruturante”, que depositada no corpo humano, fornece regras práticas e reproduz estruturas sociais. Quais, ao mesmo que perpetuam as memórias, fornecem energia pra sua inventividade e criatividade da ação. Assim, o conceito “...responde pelo pólo da ação, em grande parte pela memória social e mais modestamente, pela criatividade e pela mudança social” (DIAS, 2007:34)<sup>6</sup>.

Nas mais recentes análises sobre o *continun* rural-urbano e seus resultados na formação identitária, nos damos de frente com características do urbano inseridas no rural e vice-versa. As complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, características culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade, rompendo com a concepção de rural oposto ao urbano. Com a compressão espaço-tempo da atual modernidade, ou suposta pós-modernidade, nos deparamos com uma alta tecnologia no campo e com valores essencialmente rurais na cidade, a exemplo da descentralização industrial, a modernização conservadora do campo brasileiro e ideários de saúde e segurança, referenciados numa vida tranquila no campo.

Outro marco conceitual importante a ser balizado envolve a dinâmica rural de atividades não-agrícolas e da pluriatividade no campo. Schneider (1999) pontua o debate

---

<sup>6</sup> GTUDR, referência na obra de Domingues, J. M. *Teorias Sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

sobre a pluriatividade no Brasil, inicialmente explicitando o novo enfoque, não mais na dinâmica clássica e economicista, pois a complexidade do campo exige abordagens mais integradas e holísticas. Ao mesmo tempo o autor aponta, através do enfoque dialético, um mundo rural regido a partir das relações sociais do campo, não somente pelo produtivismo e a inserção do campo na dinâmica da economia capitalista. Nesse novo contexto, a agricultura no mundo rural, não é mais a principal atividade econômica, é apenas mais um dos agentes das relações entre a sociedade e o espaço rural. O rural assume outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, a paisagem e a tradição. Nesse sentido, no meio acadêmico, as abordagens do rural se ampliaram, não enfocando apenas a agricultura e sim o rural como um modo de vida (SCHNEIDER, 1999), perpassando assim pelo conceito de ruralidade.

De 1920 a 1960 os debates sobre a “questão agrária” adotam um peso político e ideológico, e buscando aprimorar o rigor científico, contextualizam o campesinato daquele momento histórico conturbado. A partir da década de 1970, ocorre a migração da “questão agrária” para as características e particularidades do desenvolvimento capitalista no campo. É nesse momento em que o debate se centra na questão da permanência da família e das formas de produção não capitalista no campo (SCHNEIDER, 1999) e se abre o profícuo debate sobre a agricultura familiar e pequena produção. O autor acreditando na abordagem marxista e buscando superar seus limites, procura mostrar que “embora a forma familiar seja afetada e de certo modo direcionada pela dinâmica de produção capitalista de produção, ela tem revelado a capacidade de se adaptar e estabelecer estratégias que vem garantindo sua reprodução social.”(SCHNEIDER, 1999:28).

O caminho da pluriatividade se torna válido no campo brasileiro, tendo em vista a saída de capitais da cidade e a ampliação da desconcentração industrial, facilitada pelo desenvolvimento de técnicas modernas; assim como a subordinação dos habitantes do campo ao capitalismo agroindustrial e financeiro. Entretanto, como aponta Paulo Alentejano, “a pluriatividade não deve ser considerada com a única saída e sim, mais uma estratégia, pois, atualmente as potencialidades agrícolas podem produzir melhores resultados, desde que amparados por políticas direcionadas à agricultura familiar” (ALENTEJANO, s/d). Mais adiante, levantando as estratégias dos quilombolas do Campinho, aprofundar-se-á em algumas atividades agrárias, não-agrárias e pontuando a pluriatividade no quilombo.

Sobre as ações identitárias das comunidades, poderíamos pontuar a contribuição de Carvalho (2003), que avança na construção de bases teóricas para definição e fundamentação de estratégias para os movimentos sociais camponeses brasileiros. Propõe que se constitua a tática de “[...]identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social[...]” ou como chama: “Comunidades de Resistência e Superação - CRS” (CARVALHO, 2003:7). Partindo deste marco, busca-se com esse trabalho, respaldar as estratégias que ocorrem no quilombo, a partir do processo de conquista da terra à formação solidária e cooperativa. Desdobrando em uma pedagogia de resistência ao processo de exploração e expropriação da lógica capitalista no campo .

O mesmo autor (CARVALHO, 2002) refletindo sobre as possibilidades criadas em uma sociedade em rede, em outro artigo referido ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), intitulado: “*A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada*”, salienta para a:

“emergência de uma massa de pessoas com utopias, nem sempre plenamente consciente delas, muitas vezes cheias de incongruências, mas com uma energia humanizadora que enfrenta, rompe e apresenta à sociedade na qual inserem proposições, pensamentos e aspirações muito além, pela superação, daquelas que configuram o pensamento único neoliberal e, nele, o social-democrata” (CARVALHO, 2002:258).

## 1.2 – Desenvolvimento Rural: Conservação e Legalidade

“O Homem é a Natureza adquirindo consciência de si própria”,  
Élisée Reclus, s/d, em *L’homme et la Terre*

A primeira característica das reflexões, espaciais ou não, acerca do desenvolvimento rural ou não, leva a particularidade no debate brasileiro quanto a suas articulações externas, sua exógenidade. A problemática brasileira se debruça sobre o pensamento do mundo rural de *fora pra dentro*, ou seja, discorrer sobre o desenvolvimento e as rotas de sua diversidade envolve um passado de pensar o rural a partir de sua exteriorização. Assim, é necessário fazer um resgate do entendimento do próprio desenvolvimento, especificando o rural, e posteriormente se posicionar acerca de sua espacialidade e territorialidade.

Poderíamos iniciar pontuando o envolvimento dos habitantes com seu meio, com seus próximos, com seus sonhos e buscas. O que a modernidade busca? Des-envolver: desenvolver, enfim, tirar do envolvimento. Tamanho é a importância conceito, que se encontra como central, e em disputa, na agenda dos principais órgãos multilaterais, vinculados direta ou indiretamente a ONU, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), Comissão Mundial para a América Latina (CEPAL), Banco Mundial, entre outros. Assim como órgãos, institutos e agências nacionais, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fundação Palmares, Universidades, ONG’S, entre outros.

Acerca do desenvolvimento, ele pode ser entendido como desde:

“uma série de transformações intencionais induzidas em diferentes esferas e setores daquelas sociedades nacionais que se atrasaram em relação ao ritmo de avanço da ‘revolução industrial’ dos tempos modernos, a fim de atender as crescentes e legítimas aspirações de suas populações e superar, em curto prazo, os índices de atraso que caracterizariam sua posição na sociedade internacional” (DIAS, 2007:21)<sup>7</sup>;

até uma concepção bem mais recente, podendo ser encarado como:

“um processo de aprimoramento (gradativo ou, também, através de bruscas rupturas) das condições gerais de viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva. É um movimento sem fim, ou seja sem ‘estágio final’ ou mesmo direção concreta pré-determinados ou previsível e que não poderá jamais ser declarado como ‘acabado’; e

---

<sup>7</sup> GTUDR, referente à obra de Costa Pinto, L.A. *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

sujeito a retrocessos em cuja esteira uma sociedade torna-se mais justa e aceitável para seus membros” (DIAS, 2007:22) <sup>8</sup>.

A metodologia conceitual do desenvolvimento abordado se assimila as acepções de Thomas Kunh (1987) em sua “teoria das revoluções científicas”, qual atribui os paradigmas científicos em uma perspectiva multidisciplinar, no confronto do *pensamento científico convencional*, contrapondo em diversos momentos históricos, com o *pensamento alternativo*. Ao refletir a ciência como uma reunião de fatos e uma acumulação de descobertas, demonstra-se que na História da Ciência, onde se debruçam na evolução das matrizes científicas, suas pretensões e equívocos, têm atualmente se encontrando em crise. A suposta autonomia da “ciência” com a “sociedade”, fruto do racionalismo e do positivismo, renega o sistema de relações sociais e suas inter-relações dinâmicas. Esse reducionismo do fazer científico, compartimentando e dominador, se constrói na redução do complexo para o simples, e está arraigado no conceito de desenvolvimento. A ciência “convencional” substituiu a religião após a Revolução Industrial, hoje apoiada em seu discurso contraditório acerca do desenvolvimento.

A idéia de desenvolvimento, ganha força a partir no século passado, substituindo o conceito de progresso e associado ao crescimento. Assim suprimindo as demandas explicativas da época, como: o emprego, o consumo, a produção, etc...aplicadas no começo do século. Sendo entendidos como uma noção evolucionista e progressiva na ampliação de conhecimentos e portanto com sentido parcial e prático: o progresso seria apenas um “melhoramento”.

A partir da crise dos anos 30, entra em colapso esse mito do progresso. Associado a idéia de perfeição, evolução e imaginado como um processo de etapas sucessórias de uma mesma civilização. Como defende Almeida (1997), “as ‘crises’ ambientais, econômicas e sociais colocam em cheque esta noção generalizadora e progressiva do progresso” (ALMEIDA, 1997:35), revigorando assim a idéia de desenvolvimento. O confronto, a integração e a disputa entre essas duas categorias, na atualidade, estão no cerne do debate socioeconômico de um caminho de evolução do capitalismo das sociedades contemporâneas.

Conseqüentemente, a noção de desenvolvimento pretende evidenciar todas as dimensões: econômicas, sociais e culturais na transformação da sociedade. No entanto, a via de desenvolvimento imposta passaria necessariamente pelo exemplo das nações “ricas” e “avançadas”, assim imitando o processo de industrialização, mesmo que atrasado. De um modo geral as concepções desenvolvimentistas inspiram-se nas sociedades ocidentais centrais, propondo um modelo para todos: urbanização, industrialização e consumo.

A matriz que fundamenta essa visão se insere no paradigma científico ocidental, podendo ser esquematizado relacionamente como: desenvolvimento da ciência e da técnica → desenvolvimento socioeconômico → evolução, progresso e crescimento. Adquire-se um prejulamento, essencialmente positivista, de que *desenvolver-se* seria ascender, rumo ao *mais* e ao *melhor*. Assim como uma imposição uniformizante e universalizante de crescimento, melhoria, potencialidade e maturidade. Não se respeita diferenças ambientais e culturais, e assim, impõem-se como modelos prontos, independentes da situação, regime e cultura (ALMEIDA, 1997). De certa forma o modelo de desenvolvimento aplicado aos

---

<sup>8</sup> GTUDR, referente à obra de Souza, M.L. *Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social*. Território, N° 3, jul/dez, 1997.

países “atrasados” da periferia produziu resultados pífios e desastrosos. Os programas de desenvolvimento falharam por vários motivos, sobretudo pela concepção equivocada de que cada nação poderia adotar um pacote de medidas padrão, relegando suas especificidades sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas. Esses programas são frutos de estratégias, invariavelmente propostas de “cima para baixo”, classificadas como desenvolvimentistas, modernizantes e autoritárias, ao exemplo do Brasil das décadas de 60, 70 e 80.

Seguidamente se reduz e se confunde a idéia de desenvolvimento à de modernidade. Logicamente acompanhando o modelo de moderno e de riqueza de uns poucos, pelo atrasado e subdesenvolvido da maioria. Mas os caminhos conceituais e práticos dos dois se distinguem pela apresentação da modernização entendida como processo e o desenvolvimento como uma política.

O setor rural também foi alvo do conjunto de expressões para definir o que seria desenvolvimento rural. Descrito por NAVARRO (2001), no Brasil, foram dominantes os conceitos de *desenvolvimento agrícola*, nos anos 50 e 60, com ênfase na produção, preconizando a modernização agrícola; *desenvolvimento agrário*, no final dos anos 60 e parte dos 70, que era para ser mais abrangente do que a primeira concepção e englobar o “mundo rural”, com destaque para a transferência de tecnologia, especialmente estrangeira, referenciada no “pacote” da “Revolução Verde”; *desenvolvimento rural* que pretendia induzir mudanças em determinado ambiente rural; *desenvolvimento rural sustentável*, que surgiu na década de 80, com intuito de incorporar noções de equidade social e dimensões ambientais; e por fim, *desenvolvimento local*, qual será abordado mais adiante.

Acerca do conceito de “desenvolvimento rural”, Dias se apóia em:

“uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. Em consequência, o Estado Nacional (ou seus níveis subnacionais) sempre estiveram a frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal. Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido de mudança social, o Estado funda-se para tanto em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e demais características específicas de projetos e ações que tem como norte o desenvolvimento rural (...) a definição tem variado ao logo do tempo, embora normalmente nenhuma proposta deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento.” (DIAS, 2007:24)<sup>9</sup>

Nota-se que

“a idéia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade (...) A questão que se coloca hoje diz respeito, portanto, a possibilidade de um novo modo de desenvolvimento ou de organização social desenvolvimentista, modernizadora e nacionalista, que tenha uma base social, econômica, cultural e ambientalmente mais sustentável” (ALMEIDA, 1997:37/38).

---

<sup>9</sup> GTUDR, referenciado à obra de Zander Navarro. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Estudos avançados, São Paulo, N° 43, Vol.15, set/dez, 2001.

Assim, o desenvolvimento rural se apresenta como:

“um conceito espacial e multissetorial e a agricultura como parte dele repousa sobre três grandes funções indissociáveis: a função de produzir bens e serviços (econômica), a função de gestão do meio ambiente (função ecológica) e a função de ator do mundo rural (função social). Essa multifuncionalidade da agricultura provém do fato de que os sistemas agrícolas estão em interação permanente com os ecossistemas contíguos e com a sociedade humana pelo mercado e pelas relações de proximidade.” (BIANCHINI, 2001:75).

O conceito de desenvolvimento se seguiu crescentemente acrescido de adjetivos e enfoques. O mais aceito e estável é o termo **integrado**, trazendo um contraponto às restrições economicistas do desenvolvimento e ampliando suas dimensões. O enfoque mais procurado, contraditório e polêmico, seguramente é o de sustentabilidade. Torna-se importante fazer uma reflexão e um resgate histórico sobre a acumulação teórica do desenvolvimento pelo enfoque sustentável e de seu histórico, e as formulações legais e jurídicas de áreas protegidas relacionando-as com as comunidades tradicionais, tendo em vista a relevância desse tema para o estudo em questão, que aborda uma comunidade que se encontra dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA) e próximo a uma Unidade de Conservação Federal, APA do Cairuçu e Parque Nacional da Serra da Bocaina respectivamente. Sobretudo porque ao entorno das U.C.'s, especialmente as de manejo restritivo, existe uma área chamada de *Zona de Amortecimento* ou *Zona Tampão*, que consiste em uma área (entre 10km e 20km da fronteira da U.C.) onde o manejo necessita de integração.

As questões que giram em torno do discurso oficial da sustentabilidade<sup>10</sup> têm origens na década de 70 do século passado, e é fruto da pressão de movimentos ambientalistas, que precedem em essencialmente potencializar e maximizar, e não otimizar, esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo “a satisfação das necessidades da geração presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades” (GUZMÁN, 1997:21). Essa definição implica em concepções distintas para países centrais e periféricos, tendo em vista que enquanto uns estão preocupados em crescer sem explorar desequilibradamente seus recursos e outras nações, outros estão preocupados com a satisfação de necessidades básicas e promoção de valores de consumo compatíveis com os limites ecológicos e de sua resiliência. A idéia de desenvolvimento sustentável se encontra em disputa constante na atualidade, sobretudo pela natureza industrial que move as sociedades modernas e suas preocupações socioeconômicas e ambientais, tencionadas pelo pensamento economicista, simplificador, convencional e liberal por um lado, e por outro, o pensamento alternativo, progressista, holístico e complexo.

Poder-se-ia dizer que o discurso oficial do “desenvolvimento sustentável” é contraditório em uma sociedade regida pelo lucro, demonstrado por sua formulação imersa numa profunda polêmica de natureza multidisciplinar no confronto das orientações teóricas. Em tempos de disputa sobre a suposta sustentabilidade no/do capitalismo, a questão

---

10 Ver em Anexo B, os marcos na acumulação teórica do desenvolvimento sustentável.



ambiental é central para entender essa grande disputa. Apesar de todas as críticas e ponderações anteriores, não se pode desconsiderar que ocorreram muitos avanços sobre essa questão. O desenvolvimento sustentável surge para encarar a crise ecológica, compatibilizando os níveis de consumo da humanidade dentro de limites ecologicamente possíveis, vinculados em resposta à apropriação da natureza na sociedade capitalista.

A partir deste aprofundamento conceitual, podemos problematizar a interface entre as concepções de relação sociedade-natureza, expressas no modelo conservacionista e no preservacionista, fruto da visão da natureza como “mito intocado”, nas palavras de Diegues (1996), e que vai desembocar nos programas de criação UC’s. A visão contemplativa e romântica da natureza, assim como a do “bom selvagem”, fundamenta a separação do homem com a natureza e considera que para uma área ser preservada, o homem não pode estar presente. Sendo que em muitas sociedades tradicionais o que garante a conservação dos recursos naturais e o aumento da biodiversidade é a presença do homem, pois são conscientes que sua sobrevivência depende do manutenção destes recursos e suas práticas são condizentes os mesmos. Há portanto, duas concepções, que resumidamente podem ser enquadradas como: **preservacionista** – onde o homem não faz parte na natureza, sua presença só levará destruição e esgotamento dos recursos naturais – noção simplificadora, linear, retrógrada e excludente, sendo hegemônica e balizando até hoje a relação sociedade-natureza e a formação de UC’s; e **conservacionista** – entendendo o homem como parte integrante na natureza, buscando o resgate de relações recíprocas nas sociedades tradicionais – noção holística, cíclica, inclusiva, complexa, progressista e integradora.

Historicamente, o enfoque preservacionista foi o responsável pela criação de unidades de conservação em todo o mundo, inclusive no Brasil. Não nos aprofundaremos nessa interface, apenas levantam-se essas questões para subsidiar o histórico das relações entre comunidades e áreas protegidas, no que tange as disposições legais que regem as relações no Quilombo Campinho da Independência.

Sempre foi muito difícil para os excluídos e marginalizados terem voz no andamento do sistema que os oprime. Ultimamente no Brasil, mesmo a “passos de formiga”, está se abrindo um amparo governamental aos projetos e programas de desenvolvimento sustentável, pelas articulações interinstitucionais que tendem a ser fomentadas. Não podendo desconsiderar que essa é uma conquista da sociedade civil, ao colocar um trabalhador do sindicalismo metalúrgico no governo, mas não no poder. Não objetiva-se aprofundar na conjuntura política do país, mas apontar que está ocorrendo recentemente algumas pontuais mudanças relacionadas ao tema de estudo. Valendo também lembrar as experiências participativas bem sucedidas de alguns representantes do Poder, como o Orçamento Participativo, que obteve certo sucesso em alguns poucos Estados da Federação

### 1.3 – O Local e o Território

As ponderações sobre o território são múltiplas e contraditórias. Algumas vezes sendo teorizado como uma categoria estática e estável, e assim acabando por restringir suas características instrumentais e operacionais. Deste modo, o conceito se torna mais relevante se configurado como uma realidade dinâmica e complexa. Transformador e transformado, territorializante e desterritorializado, segundo a interação de dinâmicas físicas, limites espaciais, políticos, culturais e socioeconômicas. Assim, o território é visto como a matriz espacial das dimensões históricas, políticas, sociais e ambientais, de grupos sociais.

Conceito em voga atualmente, tem-se utilizado esse referencial teórico, o território, como contraditório e/ou paralelo, com a utilização do termo globalização. O território apresenta-se importante no reconhecimento, resgate e valor de especificidades locais e regionais, assim como na formação identitária e resistência dos processos globalizatórios, com sua pretensão homogenizante da globalização. Também sendo utilizado como instrumental de inclusão do particular no global, através do avanço de potencialidade internas.

O histórico do desenvolvimento pelo enfoque territorial, fruto de análise na tradição regional, podendo se remeter a França no pós-guerra. Seguindo uma política de organização para repartir geograficamente a população e as atividades econômicas, com objetivo de homogeneizar e diferenciar os territórios, seja para acelerar ou regularizar o desenvolvimento (DAYON, 2001). Proveniente de excessiva concentração periférica, da concentração industrial, assim como do atraso de certas regiões, diga-se agrárias. A política de equilíbrio dinâmico, pelo foco territorial, abarcaria desde a restrição, supressão ou bloqueio de crescimento em áreas superevoluídas, até o incentivo, principalmente industrial, de zonas “críticas” e/ou subdesenvolvidas.

Destarte, nota-se que o desenvolvimento territorial nasce com os projetos de políticas de intervenção, inicialmente regionais e atualmente migrando para análises territoriais, como a política de territorialização do atual governo, incentivada pelo Ministério do Planejamento, sendo uma importante unidade de enfoque dos programas de políticas públicas atuais.

No Brasil, seguindo a tendência mundial, o desenvolvimento territorial vem em distinção à forma de desenvolvimento regional, ou setorial, adotado principalmente nas agências de regulação e descentralização de gestão estatal no Brasil (ABRAMOVAY, 1998), dando novas características à competência dos agentes locais.

A abordagem territorial sobre o desenvolvimento rural mostra-se profícua, pois abarca uma heterogeneidade dos processos de desenvolvimento e suas causas sociais, econômicas e culturais que explicitam estratégias nesta diversidade num enfoque espacial mais diversificado e includente que a região ou os estados. A particularidade dos territórios quilombolas e as estratégias de seu desenvolvimento necessitam de uma articulação com suas características de organização coletiva suas relações de pertencimento, aliados as novas estratégias de permanência e comunicação no campo, e, ainda que prevalecendo os incentivos de instituições exógenas (governamentais ou não), busquem alimentar projetos que proporcionam autonomia a uma vida digna, baseada no princípio de seus grupos.

Segundo o próprio presidente da Associação dos Moradores do Quilombo Campinho da Independente (AMOC), Vaguinho, em entrevista para o presente estudo, abordando as processo de titulação e as estratégias espaciais da comunidade, ressalta:

*“A titulação é coletiva. Pelas questões das leis e pelo que foi discutido nas comunidades, e a gente apóia isso. Porque não é garantia da terra e ponto. Agente nem gosta de chamar de terra, e sim de território, pois tem várias questões de manutenção da cultura: pra fazer artesanato, tirar madeira pra fazer tambor e até regiões sagradas, onde tem uma planta que cura. Por isso chamamos de território.”*

Poderíamos, a partir deste marco territorial, também conceituar o desenvolvimento local, que está ligado a um processo de dinâmica endógena de mudança. Um

desenvolvimento de potencialidade locais que eleva as oportunidades e viabiliza a economia local, conservando recursos e culturas. Assim, na busca de mobilizar a sociedade local e aproveitando capacidades e características próprias, assim criando raízes na matriz socioeconômica e cultural da comunidade local (ACSELRAD, 2002).

A propósito do desenvolvimento local, sobre o enfoque do rural destaca-se que:

“é, em essência, um processo micro-social de construção coletiva, onde prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devem estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos da inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação” (DIAS, 2007:23)<sup>11</sup>.

ou ainda, numa perspectiva mais atual,

“...tal expressão é recente e deriva de duas grandes mudanças do período atual. Primeiramente, a multiplicação das ONG's que por atuarem normalmente em ambientes geograficamente mais restritos (a região ou o município), lentamente instituíram seu raio de ação em tais ambientes e, em decorrência, criaram um estratégia de 'ação local', que se tornou ainda mais acentuada por oposição, quando os impactos dos processos globalizantes se aceleram. A outra mudança refere-se aos processos de descentralização em curso em muitos continentes – a América Latina em particular (e o Brasil, em especial). Esta transferência de responsabilidades de estados antes tão descentralizados valorizou crescentemente o 'local', no caso brasileiro, o município. É a convergência desses fatores, portanto, que tem introduzido o desenvolvimento local como outras das ações que gradualmente passam a ser orientadoras de diversas iniciativas, governamentais ou não” (DIAS, M., 2007, pp.23)<sup>12</sup>.

Aperfeiçoando o conceito de desenvolvimento local, a aplicabilidade estaria preconizada em um processo de reconstrução social que acontece de “baixo para cima”, com participação efetiva dos atores sociais, prevalecendo necessidades sociais e culturais locais, mobilização de experiências e conhecimentos locais, e principalmente, compromisso das comunidades para a realização e acompanhamento das propostas de desenvolvimento construídas em coletivo (SILVA, et al. 1999).

Toda ação gestora, orienta-se por princípios de mudança, seja exercida por indivíduos ou por coletivos, seja em pequenas escalas ou em grandes complexos organizacionais e heterogêneos. A análise localista, se refere aos poderes e forças que tencionam os processos de alianças e conflito de atores sociais numa escala do lugar, assim como a articulação externa do local, que não está isolado. Por estar próximo, é a partir dele que se cria e se notam as mudanças.

Como destaca Tânia Fischer:

---

<sup>11</sup> GTUDR, referenciado na obra de Campanhola, C. e Silva, J.G. *Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 1997.

<sup>12</sup> GTUDR, referenciado na obra de Zander Navarro. *Desenvolvimento Rural no Brasil: os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro*. Estudos Avançados, São Paulo, N° 43, Vol.15, 2001.

“Interesses, recursos, valores convergentes, acordos e convenções conformam interorganizações, híbridas por natureza, que articulam Estado, mercado e a sociedade mais ou menos organizada, tendo a cidade como ponto de confluência e protagonismo no processo de desenvolvimento local e regional” (FISCHER, 2002, pp23).

Ligada às formas de poder, o desenvolvimento local, não se encontra unidirecionalmente. A verticalidade da burocracia tradicional é ultrapassada por diferentes desenhos organizativos e formas alternativas de gestão. São relações trans e interescales, inter e transorganizacionais de atores. Com efeito, o local não estaria restrito a uma área física, um bairro ou uma avenida. Sendo um universo amplo, subjetivo e relativamente abstrato. Relacionando escalas de poder, em conjunto ou particulares com diferentes definições espaciais em um lugar.

O espaço local tem um fundamento territorial evidente, mas não se resume a este. Milton Santos ao categorizar o estudo analítico expõe que na necessidade de definir pedaços do território, é necessário considerar a interdependência e inseparabilidade entre a materialidade, incluindo a natureza, seu uso, com a ação humana, ou seja levar em conta o trabalho e a política que circundam e atuam nesse espaço (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Sendo assim, o local não é tão simples como parece e essa complexidade é esboçada em sua riqueza.

O *Projeto Rururbano*<sup>13</sup>, desenvolvido desde 1981 por José Graziano da Silva entre outros, aponta para uma heterogeneidade crescente de atividades no campo, direcionadas para o aumento de atividades não-agrícolas e pluriativas, sendo inclusive no Estado de São Paulo já tendo ultrapassado a metade das ocupações de atividades pertencentes exclusivamente à agricultura. O Anexo C do presente trabalho, corresponde ao mitos do rural e de seu desenvolvimento, assim como mitos acerca das atividades e transformações do rural apontadas como percepções do projeto *Rururbano*.

Podemos, a partir do marco da definição desses mitos, problematizar com mais segurança as atividades estudadas no trabalho. E assim, apontar a multifuncionalidade do espaço rural e a complexidade do tema, em suas relações e respostas com as políticas públicas, sua construção interna e suas ponderações acerca das atividades rurais e da temática localista.

## **Capítulo 2 – Os Quilombos**

A escravidão no Brasil trouxe milhares de africanos ao país e obrigou-os a trabalhar principalmente na lavoura canavieira, nas minas e na produção de café, obedecendo os ciclos produtivos brasileiros. Muitos fugiram e formaram os antigos quilombos, alguns de expressivo tamanho e complexidade de pequenas cidades, como focos de resistência ao colonialismo dos dominadores. Não se pode olvidar o Quilombo dos Palmares, que resistiu às investidas coloniais por quase 100 anos.

"Mocambos", "quilombos", "comunidades negras rurais" e "terras de preto", em verdade, referem-se a um mesmo patrimônio cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo próprio Estado, pelas autoridades e órgãos fundiários. As autodenominações das comunidades tradicionais negras dizem respeito a uma herança

---

<sup>13</sup> Realizado com apoio do PRONEX –CNPq/FINEP e da FAPESP, com o objetivo de reconstruir as séries históricas, para o período 1981-99, relativas às pessoas ocupadas, às ocupações das famílias, e às rendas agrícolas e não-agrícolas, analisando essas transformações em onze unidades da Federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS, DF).Página eletrônica do Projeto Rururbano ([www.eco.unicamp.br/projetos/rururbano](http://www.eco.unicamp.br/projetos/rururbano)).

histórica, que se renova há várias gerações no Brasil, inicialmente na condição de escravos. Nota-se que para muitos desses grupos, atualmente, a cultura da sociedade dominante ainda é tida como um ambiente hostil.

O antropólogo Darcy Ribeiro calcula em quase 6 milhões e 400 mil negros importados no Brasil de 1540 a 1860 (RIBEIRO, 2001). Em sua principal, *O Povo Brasileiro*, ele relata nos “moinhos de gastar gente” e nos “bagos e ventres” a desaculturação dos povos que formaram o Brasil, assim como a gestação deste novo povo, as raízes violentas, confusas e miscigenadas, e a cultura tanto assimilacionista como segregadora que gere nossa formação. No processo cultural que nasce o negro brasileiro, referenciado no tratamento histórico como trabalhador braçal sempre relegado a um sub-trabalhador e suas variações estatísticas moldadas ao longo, e ainda presente, racismo na história brasileira.

Para situar a definição atual e fundamentar o caráter do quilombola na sociedade brasileira, primeiramente far-se-á um histórico da definição de quilombo e de seu(s) território(s), seguido da contextualização atual dos quilombos nas esferas da legalidade e do Estado, e para partindo daí, as inter-relações organizacionais das comunidades quilombolas, exemplificando a inter-relação sócio-cultural dos quilombos no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. Assim, podendo subsidiar posteriormente a análise ambiental, socioeconômica e cultural da resistência do Quilombo Campinho da Independência e suas estratégias, analisada mais adiante.

É importante pontuar que o objetivo do trabalho não é se ater as disposições legais das comunidades quilombolas e suas dificuldades em torno da legalidade. Essas definições legais têm com objetivo fundamentar os caminhos das estratégias do quilombo em questão e contextualizar o momento das atividades no quilombo. Até porque existe uma série de grupos e de abordagens sobre as lacunas jurídicas presentes no território quilombola.

Segundo Almeida (1999), na descrição da primeira definição de quilombo, referida ao reporte de 1740 que o Conselho Ultramarino faz ao rei de Portugal : “*toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele.*” (ALMEIDA, 1999, pp37).

Vinculando e influenciando, até hoje, a definição histórica do quilombo ou ao “território de pretos”, na qual a crítica de Alfredo Almeida (1999) faz à definição do Conselho, se concentrando em cinco elementos: 1) A fuga; 2) Quantidade mínima de fugidos; 3) Isolamento geográfico; 4) Moradia habitual (rancho) e 5) Autoconsumo e reprodução, representados pelo pilão.

Até hoje, é esse o imaginário que se tem dos quilombos e dos quilombolas. Os negros, diferentemente dos índios que são considerados da terra, enfrentam dificuldades de legitimação e se apropriar do espaço conforme suas condições, valores e práticas culturais. A perseguição e repressão policial a cultura negra, ilustrada nos terreiros religiosos, foram por muito tempo uma política aberta e contribuiu para as distorções acerca da temática quilombola, folclorizada. A proibição de seus valores culturais contribuíram para a formação de uma cultura híbrida e de sincretismo religioso.

Já na primeira Lei de Terras de 1850, se exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, sendo considerados apenas como libertos. Em diferentes lugares da Federação, ser negro dificultava, e ainda dificulta, a igualdade de oportunidades. Após a abolição, pela Lei Áurea em 1888, a condição de ser negro não melhorou, inclusive em muitos casos foi piorando. Alguns estudos atualmente, se direcionam para mostrar que entre a senzala e a favela, mudou muito pouco a condição do negro no Brasil. Até a

Constituição Federal de 1988 as questões legais a respeito dos quilombos e dos quilombolas eram invisíveis aos olhos dos governantes e só quando começaram a importunar os latifundiários, os confrontos afloraram aos olhos da sociedade indiferente.

Após a abolição da escravatura, muitas comunidades quilombolas passaram a se formar em diferentes contextos: terras doadas, compradas, conquistadas, entre outras. Hoje, os quilombos representam algo mais do que terras de negros arredios e fugidos. Diversas comunidades possuem características étnicas e formativas que poderiam ser classificadas como comunidades quilombolas.

Conceitualmente, os quilombos seriam as comunidades de maioria negra, formada por descendentes de escravos ou ex-escravos, que se organizaram inicialmente na luta contra o regime de escravidão e posteriormente contra as demais formas de discriminação racial e exclusão social. (ALMEIDA, 1999). Tendo como elementos principais: a relação com a terra, os laços de parentesco e organização em núcleos familiares, a produção coletiva e a presença de características da cultura afro-brasileira e voltada basicamente para a agricultura familiar, geralmente executada em mutirão, como no caso do Campinho.

Antes da mais recente Constituição Federal, os quilombos não eram reconhecidos legalmente e os processos de regulação fundiária não levava em consideração a origem étnica das comunidades, mas a partir da constituição de 1988 os quilombos passam a ser reconhecidos pelo Estado como comunidades legítimas e autônomas, referendadas no Artigo 68 contido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), abrindo oportunidade para um primeiro passo na reparação histórica com as comunidades de afro-descendentes, humilhadas pelo processo histórico brasileiro, buscando reconhecimento, autonomia, dignidade e direito a vida. O mais interessante é que muitas titulações do quilombo se dá por uso coletivo da terra, já que resistiram em grupo. Assim, trazendo muitos benefícios, mas também uma série de confusões e conflitos na própria comunidade.

Sendo assim, segundo a instrução do INCRA (Instrução Normativa nº. 20) datada de setembro de 2005, ficam definidas as etapas que devem seguir para a regulamentação do território quilombola. Primeiramente começa com o reconhecimento da autodefinição da comunidade como remanescente de quilombo (geralmente assessorada pela FCP), depois, a identificação e delimitação do território e o levantamento cartorial para a composição da cadeia dominial da área, a divulgação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação e, por fim, a publicação de edital dos ocupantes e confinantes. Depois de concluídas essas fases, será emitido o título de propriedade à comunidade remanescente de quilombos para o posterior registro em cartório pelo INCRA.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, referenciado no artigo décimo da recente instrução, se refere ao documento mais conhecido como Laudo Antropológico (L.A.) e é um requisito básico à regularização fundiária, prevista no Decreto Nº 4887 de novembro de 2003, e com aprovação no Diário Oficial. O Art. 10º do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação é feito por etapas, abordando informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo junto a instituições públicas e privadas.

No caso do quilombo do Campinho da Independência, que se titulou antes de 2003, fez-se o L.A. por intermédio da Fundação Cultural Palmares. A conceituação acadêmica, que orienta o L.A., enfatiza o aspecto antropológico para caracterizar o território quilombola como centro de resistência de grupos com características próprias e com ancestralidade negra, sendo sua afirmação étnica indissociável de seu modo de vida, oposto a dominação dos “brancos”. Os quilombos, assim, não seriam temporários, não ocorrem por

confirmação biológica e não constituem como movimentos insurreccionais. São grupos que desenvolvem práticas de resistência na manutenção e reprodução de modos de vida na conformação de territórios, caracterizados por laços de parentesco, vizinhança e assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. Afirmando-se como um território étnico e coletivo, pois a resistência sociocultural é que garantiu a sobrevivência dessas comunidades.

As questões referentes à cultura são centrais nos quilombos, sobretudo porque resistiram como/em grupo e pelo isolamento que conferiram as primeiras comunidades um distanciamento e uma valorização cultural. A condensação, reconhecimento e consolidação da cultura afro-descendente nas cidades ou em suas periferias, são pioneiros e ainda mais complexos, com históricos mais violentos e de difícil legitimação, mas são perfeitamente encaixados no artigo 68 do ADCT. Poderia se questionar se grande parte das favelas não poderiam ser classificadas como quilombos, tendo em vista o estigma e a precariedade das favelas, sua auto-afirmação e “cor”, sua etnicidade e seu passado histórico, diga-se escravo. A suposta “democracia racial” mostra-se como falácia, cada vez mais oculta e distante.

Essas comunidades têm se organizado hoje em rede, na luta pela inclusão social, regularização fundiária e articulação entre os quilombolas como as principais metas estabelecidas pelo grupo, uma vez que o artigo regulamentado pelo decreto, entre outros instrumentos legais garante a esse seguimento da sociedade o direito a terra e de se organizarem.

Desde 1996, os quilombolas do Brasil, têm se organizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) fundada em Bom Jesus da Lapa – BA, sendo a instância máxima dos quilombos no Brasil. No Estado do Rio de Janeiro, tem-se a Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), fundada no Campinho, tendo como principal objetivo a luta pela inclusão social e regulação fundiária garantida pela constituição, assim como a articulação entre os quilombolas do Estado.

Definitivamente o maior problema dos quilombos hoje no Brasil é a regularização de sua propriedade, onde se estima, segundo a CONAQ, que existe mais de 5000 comunidades, quanto mais os pouquíssimos regularizados e titulados, menos de 500 em todo o Brasil. As leis brasileiras acerca dessas comunidades têm grandes lacunas jurídicas e fortes polêmicas que envolvem a expropriação terras griladas e o direito constitucional dessas comunidades.

Infelizmente, a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais* (PNPCT), do começo de 2007, está longe de ser cumprida. Apesar de ser um documento construído coletivamente, com uma diversidade significativa de das comunidades tradicionais, incluindo representantes das comunidades negras e quilombolas, a implementação de seus objetivos é muito distante. Na maioria das políticas populares atuais, não há transformações nem mudanças pragmáticas, pois estão presas a um governo de concessão, sobretudo às oligarquias dominantes. Os direitos territoriais e os recursos naturais que utilizam essas comunidades precisa ser gerido pelo grupo que vive no local, conferindo sentido ao seu pertencimento.

A importância da titulação e legalização fundiária de seu território é o maior desafio, tendo em vista que a partir do momento que se tem a terra, abre-se o caminho para uma resistência digna, e principalmente da segurança, auto-estima e legitimidade do grupo. Quando a propriedade ainda está em disputa e litígio, não se fecha um vínculo de pertencimento, pois podem ser desapropriados. Existe um consenso que esse primeiro

passo, além de ser o reconhecimento do Estado para com essas comunidades, abre a possibilidade de união, organização e luta por objetivos maiores baseados em sua reprodução social própria. A garantia da terra é a garantia fundamental de toda luta das comunidades tradicionais e da grande maioria dos movimentos sociais do campo. Após a titulação, os objetivos mudam, contudo, a luta continua.

### **2.1 – O Turismo Rural e Turismo-Étnico**

Existe uma infinidade de estudos, sejam econômicos, antropológicos, socioculturais e ambientais que relacionam com turismo. Limitar-se-á as características do turismo como fenômeno interdisciplinar e suas relações recíprocas com o desenvolvimento e conflito social. Fazendo-se ponderações sobre o turismo, e seu histórico, voltadas para o mundo rural e as alternativas socioeconômicas e culturais do elemento turístico nas comunidades rurais, sobretudo próximas as UC's.

O turismo compreende o movimento de pessoas que não estão a trabalho, proveniente de diferentes lugares, regiões, países. Trata-se, em geral, da visitação ou vivências em lugares com as mais variadas atividades práticas desde que não seja na busca pelo trabalho, em seu sentido tradicional. É importante considerar que não só a prática e a estrutura do fenômeno, mas também caracterizar pela medida que as pessoas se sentem ou não como turistas, ou em turismo. Principalmente porque muitos negócios são “fechados” em benefício e beneficiando a indústria turística.

Embora se considere a existência de um turismo colonial, e podendo se afirmar à emergência do turismo a partir do século XIX e sua intensificação no século passado, ele se aplica a condições de altos excedentes e produtividade. Principalmente após a segunda guerra, e com o aperfeiçoamento de técnicas de transporte e informação, se consolida as dinâmicas de consumo de massas aplicadas a atividade turística. Hoje, responsável por considerável movimento de fluxos, influenciando os mais remotos sítios e se apresentando como uma alternativa econômica valiosíssima para a entrada de capitais em áreas remotas e pobres, alterando a dinâmica e o tecido social local, transformando-os em comunidades turísticas.

O turismo manifesta-se em diferentes variedades e objetivos, além de aspectos subjetivos de relações e de trocas multiculturais. Os estudos acerca da “antropologia do turismo”<sup>14</sup> mostram-se ampla de diversificada: turismo religioso, ecoturismo, turismo e etnicidade, turismo e consumo, turismo e globalização, impactos do turismo, entre outros. Na complexidade do conceito de desenvolvimento sustentável, o papel do turismo se apresenta como ferramenta de trocas monetárias, materiais e simbólicas, mediando desse objetivo tão conflituoso.

Nota-se, geralmente, uma dificuldade de aliar o turismo em áreas protegidas, principalmente pelos efeitos negativos da atividade turística sobre o meio ambiente, pela sua demanda e dificuldades de uma inter-relação recíproca. Dar as comunidades locais oportunidades de controle e fomento a um turismo sociocultural, econômico e ambientalmente responsável é criar oportunidades do grupo não ser afetado negativamente, assim como promover a organização do mesmo em busca de propostas construídas pelos próprios indivíduos e de seus coletivos.

Dias (2003) chama atenção para as condições do turismo em áreas protegidas, com objetivo de que cumpra a sustentabilidade pretendida. Inicialmente buscar melhores condições de vida da população local, reconhecendo a geração de renda com as atividades

---

<sup>14</sup> Ver GRÜNEWALD (2003).



turísticas. Segundo, atender as expectativas de um ecoturismo, onde os visitantes desfrutem a experiência de coexistir em um ambiente natural e busquem fundamentar a necessidade de sua conservação. E por último, conservar o meio ambiente e as relações ambientais onde se realizam suas atividades, valorizando os motivos que tornam a conservação e manutenção das mesmas.

A busca pelo objetivo dos turistas é paradoxo, pois de um lado quer conhecer o novo, o diferente, o exótico, mas de outro lado quer manter certos hábitos. Em tempos de globalização e forte cosmopolismo, pode-se visitar muitos lugares e comer da mesma comida, consumir os mesmos produtos, ter o “mesmo” conforto. Enfim, encontrar, nos mais diferentes lugares e nas diversas culturas, características da cultura dominante.

Considerando a etnicidade como uma característica social refletida nas vertentes de identificação e inclusão de determinadas pessoas em um grupo étnico, definido segundo pressupostos ligados a sua origem, cultura e história. Destaca-se o estudo pelo viés construtivista relevando as relações sociais construída pelos grupos e suas fronteiras étnicas. Desse modo, abre-se a existência do acontecimento crescente que é o turismo voltado para a etnicidade, ou turismo étnico.

Como apresentado por Rodrigo Grunewald (2003), às mudanças de estudo do fenômeno do turismo, passaram da esfera econômica e passam também a ser estudados em torno de suas dimensões culturais. Passando a serem pensadas em termos de uma aculturação em larga escala em face do impacto do turismo, isto é, o desenvolvimento turístico levaria os nativos de pequenas sociedades hospedeiras a abandonarem um modo de vida tradicional e independente do capitalismo global para se inserirem em negócios de turismo local (GRÜNEWALD, 2003). Ao mesmo tempo, e principalmente após os anos 70 ocorre um reforço da etnicidade e a promoção de resgates na tradição de determinadas culturas que possam aproveitar o desenvolvimento local com bases turísticas.

Como destaca Grunewald,

“se o exótico, o *outro*, é procurado em lugares distintos do de origem do visitante, os habitantes desses lugares, de acordo com a perspectiva turística, devem se promover como esse exótico, a fim de ser atrativo no mercado turístico. Devem ter sinais diacríticos a exibir, a serem consumidos nesse amplo mercado. A construção, promoção ou fortalecimento de sinais diacríticos que caracterizam (que definem culturalmente) um povo é o próprio âmbito da etnicidade.” (GRÜNEWALD, 2003:21).

Entendendo a construção identitária dentro de um mundo plural e com o avanço da troca de informações e técnicas de transporte, se abrem fundamentos para o conhecimento e acesso a esses *outros*. Desse modo, as “identidades ameaçadas” teriam no turismo uma forma de resgate e renovação do grupo, unindo os integrantes destas comunidades em busca de um futuro mais promissor. Ao abordar a mudança cultural em termos da etnicidade, da identidade e posteriormente do turismo étnico se privilegia uma análise da dinâmica de grupos que se renovam e se envolvem ao se relacionarem com turismo, com os “de fora” .

Nesse cenário pode-se relativizar que os papéis se invertam, o nativo vira ator, e o “de fora” (turista) se transforma em espectador. Obviamente, ocorrem muitas modificações nessa interação, sobretudo pela busca impossível de comunidades genuínas ou inalteradas. Assim como a transferência de valores do espectador, influenciando nas práticas e o universo simbólico do habitante da comunidade, construindo uma cultura híbrida.

Destaca-se o sentido da dinâmica local para a evolução de um turismo responsável, respeitando o histórico local e a relação sociedade-natureza pela concepção conservacionista, desmistificando a natureza como intacta. Como exemplo, temos: as construções tradicionais, reflexo do clima e de materiais disponíveis nas proximidades; o trabalho coletivo, a forma de cultivo, manejando agroecossistemas produzindo e diversificando; a cultura histórica, como a história oral e a experiência dos idosos. Integrando assim, o turismo, a cultura e o meio ambiente e respeitando as especificidades locais

Nota-se a importância que se abre para a autoconsciência e autodeterminação de supostas minorias étnicas, com a necessidade de se corrigir erros históricos e desmistificar o preconceito e o racismo, pelo resgate cultural endógeno. Ressalva-se o cuidado para não escamotear as mudanças com a impressão de progresso, mas mantendo-se velhas formas de repressão e exploração tão comuns nessa sociedade motivada pelo lucro.

Nem todos os habitantes de uma comunidade estão dentro dessa comunidade turística e ao se diferenciar dois grupos: um que está inserido na estrutura turística e dela se alimenta, outro que se diferencia e fica mais exposto às mudanças externas. O grupo relacionado diretamente com o turismo se constitui e se apresenta com linhas étnicas definidas, podendo ser chamado de *comunidade etnoturística* (GRÜNEWALD, obra cit.), constroem-se identidades étnicas legítimas e autênticas, voltada ao turismo e a imagem, pois penetrar nos meandros da vida de outros é trabalho de antropólogo e não de turista.

Abaixo, o folder do *Roteiro étnico-ecológico* do Quilombo do Campinho, destacando as comidas e bebidas típicas, o restaurante, a casa de farinha e a de artesanato, as trilhas ecológicas, a agrofloresta, os núcleos familiares e o trabalho artesanal:

### **Capítulo 3. – Relatos do Território:, a Mata, o Rio de Janeiro e o Local**

“Se a História fosse vista como repositório para algo mais do que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina”

Thomas Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, 1987:13.

#### **3.1 – O Rio de Janeiro e a Mata Atlântica**

O Estado do Rio de Janeiro estruturou-se num modelo espacial e temporal que visava desenvolver-se para desenvolver o resto do país, provocando resultados positivos e um acúmulo de problemas, como a grosso modo, e apesar de diferenças regionais todo o processo constitutivo brasileiro. A deficiência de uma rede de relações cidade-campo atuando na base estrutural de sua organização espacial é uma fonte dos problemas e das dificuldades fluminenses (MOREIRA, 2003). Ocorrendo assim, um desenvolvimento em partes e um conjunto de problemáticas, apesar das diferentes e complementares potencialidades.

Apesar de ser possuir uma área relativamente pequena, se comparado com o resto da Federação, possui uma grande diversidade de regiões ambientais: serras, baixadas, lagoas, baías e restingas. Dividido pela Serra do Mar, constitui-se de regiões com diferentes características e potencialidades: as baixadas que circundam as baías e lagoas, com um solo muito fértil; as restingas e lagoas, com forte produção de sal e de pescado; as serras, frescas e com água abundante; e a margem do Vale Paraíba do Sul, que oferece uma região privilegiada por detrás da Serra do Mar e sua navegabilidade na baixada campista. Não se aproveita essa diversidade e, pela desarticulação e fragmentação, o estado ainda sucumbe.

Seguindo uma dinâmica de fratura espacial, a cidade e o campo não se interligam e conseqüentemente não conseguem se dinamizar, desvinculando as partes de uma divisão territorial do trabalho e de perpetuando trocas incompletas no Estado. A indústria não se beneficia e quem mais sofre é a população, principalmente do campo, empurrada para a cidade e tornando o campo fluminense uma área despovoada e pouco produtiva, formando uma atrofia no espaço do Estado. As redes de transporte se tornam eixos de travessia, que somente transitam aos lugares que passam, levando riquezas.

Como pontua Ruy Moreira, “enquanto a metrópole de desenvolve e se industrializa, o interior de definha” (MOREIRA, 2003:32). Esse fosso entre o interior e as áreas metropolitanas, se reflete na estrutura macroeconômica do estado, que e ao mesmo tempo cria pólos industriais, como é o caso do complexo automobilístico de Resende e Porto Real e do recente pólo petroquímico de Macaé, obedecendo à nova desconcentração espacial da indústria, que segue o modelo paulista. Mas incompetentemente no Estado do Rio de Janeiro, abandona-se o campo, diferentemente do paulista, com um interior pungente. “A agropecuária estagna numa pecuária extensiva que esvazia o campo, a cidade para no tempo, a população evade para a metrópole, a circulação se atrofia” (MOREIRA, 2003:32).

O modelo do Estado, onde o campo não se transforma e a cidade não cria e absorve dinamismo, calha em diversos problemas estruturais. Tanto os urbanos, como metropolitanos, no campo e nas cidades interioranas. Os caminhos de desenvolvimento, as políticas econômicas e reformas encaminhadas pelo Estado, não afetam as estruturas, e destinadas a incorporar as novas dinâmicas às antigas oligarquias, ou novas elites, a exemplo da política de pólos regionais ou de regiões – programas.

Assim, o êxodo rural fluminense se caracteriza como um fenômeno antigo e crescente. Nas três últimas décadas, a corrente migratória do interior para a capital movimentou milhares de pessoas. As razões são diferentes e múltiplas, desde a tardia e concentrada industrialização do estado, a ausência de estímulos específicos para a agricultura, à substituição de lavouras alimentares por pastagens e outras culturas que empregam menos mão-de-obra, o esgotamento dos recursos naturais (vitais para a sobrevivência e biodiversidade biótica) e a utilização de tecnologias que não são adequadas à realidade da agricultura familiar brasileira.

Este processo de decadência da atividade agrícola no estado se correlaciona com o agravamento do quadro social. A capital passa a registrar recordes nos índices de violência nos últimos anos, relacionados à conexão entre o narcotráfico e a miséria das populações periféricas. Por sua vez, nas últimas décadas o quadro ambiental do Estado também registrou rápida e impressionante degradação. Muitas regiões da Mata Atlântica do Estado já se encontram em processo de desertificação

### **3.2.1 – A Mata**

O bioma do Estado é dos mais importantes do Brasil, a Mata Atlântica e seus ecossistemas, apresentam o maior grau de degradação dos biomas brasileiros, qual corresponde a 15% do território brasileiro (IBAMA,2000). A ocupação inicial, foi responsável por alterar significamente a Mata Atlântica, levando a uma drástica redução de sua cobertura vegetal original, hoje disposta esparsamente ao longo da costa brasileira e no interior das regiões Sul e Sudeste, além de importantes fragmentos no sul dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, considerando que a degradação continua em todos os 17 estados que apresentam o bioma (SOS MATA ATLÂNTICA, 2000). A partir de meados da década de 1980 forma-se no país uma intensa mobilização da sociedade civil pela

preservação da Mata Atlântica. Inúmeras entidades ecológicas são criadas, sendo algumas orientadas somente para este bioma. Este movimento social precisou levantar informações consistentes sobre a condição desse bioma tão devastado.

O Atlas da Evolução dos Remanescentes Florestais e Ecossistemas Associados no Domínio da Mata Atlântica, do período de 1990 até 1995, publicado pela ONG SOS Mata Atlântica em 2000, mostra que o maior índice de desmatamento dos ecossistemas deste bioma foi registrado no Estado do Rio de Janeiro, com 13,13% (SOS MATA ATLÂNTICA, 2000).

### **3.3 – O sul do Estado e as Unidades de Conservação**

O sul do Estado do Rio de Janeiro, não tem um forte histórico produtivo ligado a terra, sendo a cidade de Paraty dinamizada inicialmente como travessia da saída de riquezas para o exterior e da entrada de escravos. Era uma mera passagem, e por isso, sua história e sua metropolização, inicialmente como porto, liga-se mais ao desenvolvimento e a cultura da capital. A proximidade da Serra do Mar com o mar no sul do Estado, o relevo acidentado e rochoso, espremendo o crescimento entre as montanhas e o mar, acaba limitado às atividades agrícolas, e criando dificuldades para o latifúndio e a monocultura, sendo uma região que se desenvolve baseada em sua proximidade com o mar e como área de passagem, inicialmente para o exterior e atualmente entreposto para o Estado de São Paulo, diversificando seus habitantes e trazendo particularidades específicas.

Nos último cinco anos as atividades marítimas e navais vêm sendo dinamizadas pelos incentivos à dinamização do Porto de Sepetiba e pela instalação de estaleiros na região de Angra dos Reis, destinados a abastecer a indústria petroleira do Estado e a demanda por embarcações privadas e de luxo. Assim como uma grande entradas de incrementos econômicos feitos pelas usinas de energia nuclear localizadas no Município de Angra dos Reis. Nota-se marcadamente a estrutura do setor terciário, de bens e serviços.

Na medida em que se distancia da capital, rumo ao sul, as atividades turísticas e as casas de veraneio tomam conta da paisagem, com inúmeras lojas de construção civil e uma série de condomínios fechados, deixando um ar de distanciamento social e a impregnação excludente da propriedade privada. Os condomínios e marinas à esquerda, voltados para o mar e conglomerados de periferia urbana à direita, na frente dos condomínios e no pé da serra, destinados à mão-de-obra como: vendedores, caseiros, barqueiros e empregadas domésticas. A grande maioria da população trabalha nas atividades ligadas ao mar (pesca, indústria naval, etc...), nas atividades turísticas ou no sustento das casas de ocupação temporária (“casas de veraneio”), mas contando ainda com uma forte cultura ligada ao mar, os caiçara, com inúmeros pescadores e seus barcos coloridos nas enseadas, em uma paisagem bucólica característica da região.

A conjugação de políticas governamentais insensíveis à questão social, desvinculadas de uma preocupação com o meio ambiente e com as peculiaridades de um Estado predominantemente latifundiário e monocultor, gerou o quadro atual de degradação ambiental e desigualdade social. Muitas comunidades tradicionais, como o quilombo em questão, são emblemáticas por estarem localizadas dentro ou próximas a U.C., enfrentando graves problemas como a falta de políticas públicas específicas para o seu desenvolvimento, a especulação imobiliária que fragmenta e desestrutura o espaço rural original e a ação de grupos de exploração criminosa de espécies nativas da Mata Atlântica em extinção, como é o caso principalmente do palmito, o *Jussara*.

Os pequenos agricultores familiares da chamada “Costa Verde” do estado do Rio de Janeiro vivenciam uma perversa conversão de suas terras em “chácaras de lazer”, e

inúmeras vezes trabalhando de caseiros nestes sítios, pela falta de melhor opção de renda. Com a acentuada valorização do mercado de terras na região, de forte vocação turística, é muito comum o produtor vender um hectare de terra por um valor que só é suficiente para sua sobrevivência por apenas um ano. No ano seguinte vende outro hectare e sobrevive mais um ano e assim sucessivamente, até fragmentar totalmente a sua propriedade rural, perdê-la e desistir definitivamente da atividade agrícola.

O município de Paraty possui seis Unidades de Conservação (U.C.'s): o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, a Reserva Ecológica da Joatinga, Parque Ecológico de Paraty-Mirim, Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty e Estação Ecológica de Tamoios. Mas aprofundaremos somente nos dois primeiros, pela área que ocupa e sua relação com a área de estudo

### **3.4 – O Local**

A localidade em que se insere a comunidade quilombola é na base da Serra do Mar, pertencente à Região da Costa Verde, no sul do Estado do Rio de Janeiro. Está a 248 kms da capital carioca e a cerca de 15 kms do centro Paraty. O clima é considerado tropical úmido, com cobertura vegetal de Floresta Ombrófila Submontana, é uma das áreas que mais chovem no Estado, pois a proximidade da Serra do Mar com o clima úmido marítimo, ajuda muito na precipitação, principalmente em chuvas orográficas.

#### **3.4.1 – Características históricas e geográficas do Município**

A área do atual Município de Paraty era densamente ocupada por tribos Guarani, incluindo áreas conflituosas entre comunidades indígenas, que se estendiam para o norte até o município de Angra dos Reis até o sul, no rio Cananéia do Sul, no Estado de S São Paulo. Desde princípios do século XVI, portugueses vindos da Capitania de São Vicente instalaram-se na região. Com a descoberta do ouro nas “gerais”, Paraty tornou-se ponto obrigatório para os que vinham das minas, uma vez que esse era o único local em que a Serra do mar podia ser transposta, através de uma antiga trilha indígena, pela Serra do Facão e o local em que hoje fica a cidade de Cunha, em São Paulo, e atingindo o Vale do Paraíba, em Taubaté, depois em Pindamonhangaba e Guaratinguetá daí os sertões das “gerais”. Foi esse o caminho trilhado por Martim Correia de Sá, filho do governador Salvador de Sá, à frente de 700 portugueses e 2.000 índios tamoios na região das minas (RIBEIRO, 2002).

A partir de 1954, com a abertura de uma estrada carroçável para Cunha, na direção do antigo caminho colonial da Serra, vem-se processando lentamente o soerguimento econômico do município, tanto pela recuperação das lavouras, como pela afluência de turistas, vindos principalmente de São Paulo. A precariedade do transporte marítimo, único meio de comunicação de Paraty com os demais municípios fluminenses, provocou, no princípio da década de 1960, um movimento a favor de uma revisão administrativa que desmembrasse o município do estado do Rio de Janeiro e o fizesse voltar a integrar o território do Estado de São Paulo. A abertura da estrada para Angra dos Reis, e em 1973 até Santos, veio romper esse isolamento e permitiu um novo surto de progresso para a Região. Pela sua situação geográfica e riqueza natural e cultural, Paraty tem condições excepcionais para voltar a ocupar-se em destaque, como pólo importante no conjunto das localidades fluminenses, especialmente no turismo ecológico, sobretudo porque mais da metade da área do município são de U.C.'s.

O município de Paraty se tornou uma importante referência no Brasil em experiências participativas, pela construção de um fórum popular de debate e decisão: o

Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Esta nova forma de planejar o desenvolvimento local se incorpora cada vez mais na sociedade, refletindo em ecos da inovadora proposta, mas pouca prática, contida na Agenda 21. O Fórum DLIS de Paraty, criado no ano de 2000, reuniu 23 entidades da sociedade civil e órgãos públicos na tentativa de planejar o desenvolvimento sustentável do município, identificando deficiências e propondo soluções. Esta rica experiência deve ser amplamente irradiada por sua legitimidade e comprovada eficiência na utilização racional dos recursos humanos e naturais. Como em 2002, ocorreu a indicação de Paraty para ser reconhecida como Patrimônio da Humanidade, se aumenta o interesse pelas comunidades tradicionais do município.

Atualmente o município é classificado como uma “Estância Balneária”, se destaca o turismo marítimo, cultural e ecológico. Apresenta 29.544 habitantes, sendo 14.066 em área urbana e 15.478 em área rural e possui 933,8 quilômetros quadrados (IBGE, 2000). As U.C.'s ocupam quase dois terços da área do município.

A principal atividade do local definitivamente é o turismo e trabalho em casas de ocupação temporária, mas existem muitas famílias que se mantêm das atividades agrícolas e extrativistas, principalmente ligadas ao mar. A maioria das áreas agrícolas da região em geral são compostas de unidades familiares de dimensão de até 5 hectares e localizam-se na parte mais baixa da paisagem onde predominam os planossolos arenosos ou franco argilosos de origem sedimentar e às vezes praianos ou em áreas de encostas de morros e que possuem no manejo da matéria orgânica sua principal forma de sustentabilidade (fertilidade do solo), quase sempre comprometida pela prática da queimada (MMA/IDACO, 2006). O abandono de uma área geralmente está associado à abertura de uma nova, em áreas de maior cota, cobertas por remanescentes de Mata Atlântica ou próximas das U.C.'s existentes, levando ao estreitamento ou completa extinção de Zonas Tampão. O reduzido tamanho das propriedades, aliado a baixa produtividade do solo, faz com que os produtores utilizem as áreas de reserva legal, encostas, matas ciliares e nascentes, trazendo graves conseqüências aos mananciais hídricos. Por isso a importância do uso de práticas agroecológicas (adubação verde, cobertura viva, manejo adequado da cultura e do solo, etc.) e enriquecimento produtivo das áreas marginais e de lavoura se mostram como atividades que podem levar a uma redução destas pressões antrópicas sobre as U.C.'s e áreas de reserva legal com o conseqüente aumento da produtividade e com uma melhor relação do homem com a floresta nativa e com os recursos naturais.

Os principais produtos agrícolas do município são: a banana, a mandioca, a cana-de-açúcar e as culturas anuais de subsistência (feijão, milho, inhame e hortaliças). Destes, a banana e a cana mereceram posição de destaque durante décadas com crescimento significativo das áreas de cultivo em propriedades rurais tradicionais (MMA/IDACO, 2006). A mandioca se mantém intimamente ligada à produção artesanal de farinha de mesa e também a cachaça, dois produtos tradicionalmente locais. Contudo, existem dois produtos que têm um histórico peculiar: a banana e a cana-de-açúcar.

A banana é o produto que tem o maior histórico produtivo. Toda região do município era conhecida por seus bananais, contudo a entrada de banana mais barata, proveniente de outras regiões, ocorrida nos últimos 20 anos, surtiu um efeito negativo na bananicultura local e até hoje se encontram bananais abandonados. Chegou ao ponto de uma caixa de banana, cerca de 20kg, ser vendida a 1 real. Atualmente ocorre uma experiência pioneira, com a criação de uma cooperativa de doce de banana do município, mas devido a graves

percalços, sobretudo competência administrativa, infelizmente se vêm desacreditando o trabalho cooperativista na região.

A cana-de-açúcar tem uma história mais particular. Com o desenvolvimento de cachaça de boa qualidade, e “selo de procedência”, a fama de Paraty contar com bons alambiques desestruturou não só produto, como a saúde dos agricultores da região. A excessiva exploração dos plantadores de cana, resultou numa negociação com o alambique, onde parte do pagamento no canavial, era em cachaça. Como praticamente toda a cana do município vai para o alambique, começou a faltar cana-de-açúcar no município, os alambiques partiram para comprar em outras regiões. Assim, o “selo de procedência” entrou em conflito legal e atualmente ocorrem iniciativas em produzir para o consumo local.

### **3.4.2 – Características históricas e geográficas do Quilombo Campinho da Independência**

O Quilombo Campinho da Independência surge no final do século XIX, sendo originado de três mulheres ex-escravas, que receberam terras doadas do senhor de escravos da antiga Fazenda Independência. Organizado socialmente sobre um regime matriarcal que mantém até hoje forte identidade cultural, contando com importantes festejos populares, fruto de sincretismo religioso e resgate cultural. A comunidade hoje é composta por 112 famílias, com aproximadamente pouco mais que 500 habitantes, em 16 núcleos familiares, atualmente na quinta geração de descendente de escravas, conhecidas como Vovó Antonica, Tia Marcelina e Tia Luiza. A área titulada é de 287,9 hectares de terra, e em março de 1999 passa a ser o primeiro quilombo do Estado do Rio de Janeiro onde o artigo N°68 do ADCT foi aplicado efetivamente.

O começo da organização política do quilombo tem origem no sindicalismo rural, qual foi fundamental para a formação política de líderes do quilombo e região, como em grande parte do Brasil. A presença do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) da região era muito forte pela quantidade de pequenos trabalhadores rurais, e sua união foi decisiva na conquista de muitas lutas e sociabilidades dos habitantes locais, pois tinha organicidade, demonstrada na fala de antigos moradores, como do quilombola Sr. Valentin, que trabalhou 12 anos no sindicato, inclusive em cargos de direção no estado: *“Agradeço quando o povo diz que sou responsável, mas muitos colegas lutaram comigo, porque as coisas só vão pra frente quando existe união”* e mais a frente quando afirma, *“Agente era muito conhecido e dava todo o apoio que o pessoal precisasse. Quando o advogado não tinha condição de resolver a questão, a gente mesmo papeava os homens”* (Observatório Quilombola, 2007)

Desde a década de 1970, auxiliados pela Igreja e o STR, a comunidade quilombola busca sua luta na justiça pela proposição de ações individuais de “usucapião”, reguladas pelo Código Civil brasileiro, contudo essa estratégia não foi eficaz, pois a situação dos quilombolas não se enquadrava na tipologia dos casos que poderiam ser resolvidos por ações desse tipo. O processo de regularização só poderia ter condições de ser realizado no âmbito do Governo do Estado, denominado antigamente como “Fazenda da Independência”.

As primeiras perturbações no quilombo começam, também na década de 70, com a criação do Parque Nacional da Bocaina, impondo à comunidade a fiscalização de guardas-florestais. A partir de 1973, com a construção da rodovia Rio - Santos, supervalorizou as terras do município e as modificações passam a sofrer dinâmicas cada vez mais velozes, junto com a velocidade dos automóveis e a diversidade dos que cruzam em direção norte, à capital do Estado, ou ao sul, para São Paulo. As tensões aumentam por pressão de grileiros

locais, levando a uma organização política dos quilombolas, marcando uma das principais lutas recentes na história das comunidades de Paraty, pois o município ainda conta com forte presença indígena e de comunidades tradicionais (existem duas reservas indígenas e inúmeras comunidades de Caiçara) . Porém, a beleza do local continua a atrair autodenominados proprietários ou ricos empresários com vistas a empreendimentos imobiliários. De certa forma, toda região se encontra em disputa social, fruto da especulação imobiliária e do turismo em confronto com o modo de vida das comunidades tradicionais.

Durante a década de 80, os governos estadual e federal também passaram a disputar a região. Com a constituição de 1988 começa-se, pelas vias legais, a luta de reconhecimento, regularização e titulação do território do quilombo. Diante da constante ameaça de grileiros, começa a ser discutida a posse da terra e a luta pela terra toma uma forma mais pragmática. Como fruto de uma discussão acumulada por anos, os quilombolas fundam em 1994 a Associação de Moradores do Campinho da Independência (AMOC), filiada até hoje ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Após cerca de 10 anos após a constituição, entre 1998 e 1999, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo Gabinete da vice-governadora Benedita da Silva, assina um convênio com a Fundação Cultural Palmares (FCP), que passa a participar do processo de regularização através da produção e publicação do Laudo Antropológico (L.A.), no que tange aos procedimentos de identificação da comunidade, tendo em vista a inexistência do INCRA naquela época. Com base no L.A., o Instituto de Terras do Rio de Janeiro (ITERJ), realizou o levantamento físico e topográfico, partindo para a elaboração do cadastro sócio-econômico dos moradores e o número de pessoas envolvidas, para a futura homologação.

A FCP fez o acompanhamento técnico para fins de demarcação e reconhecimento dos habitantes, como forma de promover a busca pela auto-identificação do grupo/indivíduo na condição quilombola. Ao lado do reconhecimento da identidade quilombola pela própria comunidade, o estudo científico atestou a comunidade como *Remanescente de Quilombo*. Neste caso, o ITERJ, órgão responsável pelo processo na época, decidiu com a comunidade a expedir atestação do domínio como título coletivo outorgado à AMOC. Este documento foi registrado, em março de 1999, em nome da comunidade, representada pela associação, no Cartório de Registro de Imóveis de Paraty. A AMOC participou do processo, ajudando a construção do L.A., na demarcação e divisão do terreno, apesar de alguns pontos não serem consensos da comunidade. A titulação do quilombo foi realizada de forma coletiva por decisão da própria comunidade, representados pela AMOC, destacando que alguns integrantes queriam titulação individual, e finalmente o processo foi concluído favoravelmente aos quilombolas. Mas apenas era o começo de um árduo processo de resistência, autonomia e auto-suficiência da comunidade.

#### **O PDA – Mata Atlântica**

O projeto “*Desenvolvimento Participativo e Sustentável de Comunidades Tradicionais do Litoral Sul Fluminense*”, ou mais conhecido como *PDA - Mata Atlântica*, que é executado durante três anos, foi aprovado em 2006 e sendo realizado de 2007 a 2009, sendo um dos objetivos fortalecer a parceria AMOC-COMAMP-UFRRJ-IDACO, pois o projeto se fundamenta no fato da conservação ser um processo dinâmico, não excludente da atividade produtiva, procurando manter a diversidade genética natural das populações, porém, admitindo o seu uso, manejo e utilização racional (MMA/IDACO, 2006). A melhoria da produção e produtividade agrícola nas comunidades tradicionais que permeiam ou se inserem em áreas de proteção e conservação, contribui para a redução da pressão



exercida pelas comunidades locais sobre estas áreas e para o desenvolvimento de modelos de exploração econômica compatíveis com os Planos de Manejo das UC's de uso direto, como preponderantemente as APA's.

Ressalta-se sobretudo, que os agricultores familiares detêm conhecimentos inestimáveis sobre os recursos naturais e o meio ambiente e, quando integrados a processos de diálogos com o meio científico, ou estimulados através de capacitação e extensão rural participativa e dialógica, têm potencializado sua capacidade criativa na inovação agroecológica. Este resgate é de grande importância para o conjunto da sociedade e é uma meta de uma ciência popular e também de projetos comunitários.

Como todas as atividades do *PDA-Mata Atlântica* envolvem direta, ou indiretamente o espaço do quilombo, e seus moradores, descreveremos parte do projeto. Sobretudo porque o projeto se apóia na estrutura e na área física do Quilombo do Campinho da Independência e didaticamente seria muito difícil tratar o projeto separado do quilombo.

O objetivo geral do projeto é a melhoria da qualidade de vida de famílias de agricultores familiares e extrativistas através da atuação das organizações comunitárias locais e da conservação da Mata Atlântica, sendo suas ações divididas em quatro metas:

1. Estímulo às práticas agroecológicas com os agricultores e agricultoras
2. Plano de manejo comunitário de Produtos Florestais Não-Madeireiros
3. Estímulo à gestão democrática em comunidades tradicionais / rurais.
4. Planejamento, monitoramento, avaliação

O projeto pretende contribuir diretamente com cerca de 140 famílias de agricultores de unidades familiares residentes nas comunidades tradicionais / rurais de Patrimônio, Campinho, Cabral, Córrego dos Micos, São Gonçalo, São Roque, Taquari, Barra Grande e Pedras Azuis localizadas no município. Sendo que os desdobramentos decorrentes das atividades programadas repercutem indiretamente em outras comunidades rurais próximas. As ações estão voltadas para o estímulo a adoção de práticas agroecológicas e culturalmente sustentáveis, como também a elaboração de Plano de Manejo Comunitário de Produtos Florestais Não-Madeireiros, buscando a conservação de um dos ecossistemas mais delicados e devastados: a Mata Atlântica. Profundamente afetada pelas atividades antrópicas ao longo das décadas, sobretudo quanto ao corte criminoso do palmito nativo.

Também existe a preocupação quanto ao fortalecimento das organizações comunitárias representativas da população de comunidades tradicionais e de agricultores familiares, instrumento de exercício da cidadania frente à defesa dos interesses dos pequenos produtores rurais, com ênfase na participação de jovens e de grupos de mulheres artesãs.

Complementando o desenvolvimento do projeto, se prevê também a constituição de uma comissão gestora formada por representantes da entidade executora, das entidades parceiras e de grupos de agricultores que se reunirá ao longo do projeto para planejar, monitorar e avaliar a eficiência e eficácia das atividades programadas, para atingir o objetivo proposto. Para atingir esses objetivos foram definidas estratégias educativas, participativas e integradoras junto à população rural (capacitações, excursões, encontros e seminários) e estabelecimento de parcerias durante o período de execução do projeto, com as principais instituições que atuam na região, sendo públicas ou não: Cooperativas, Embrapa-Agrobiologia, APA do Cairuçu, Prefeitura Municipal de Paraty, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty e Associações de Pequenos Produtores da Região.

A articulação com as atividades contidas em outros projetos desenvolvidos na região permite a multiplicação dos esforços e a consolidação das propostas de intervenção apresentadas, tendo em vista a natureza semelhante que permeia a todos: prioridade para os enfoques ambiental, melhoria de vida e capacitação organizativa. Busca-se então colaborar com as comunidades rurais para diminuir as diferenças políticas, sociais e econômicas existentes, capacitar lideranças populares, e assim fortalecer as organizações comunitárias e criar condições de autogestão e auto-sustentação, respeitando as especificidades culturais e o meio ambiente.

Torna-se importante ressaltar o caráter de processo de construção história, não eventos, e o assessoramento, não assistencialismo. Não adianta distribuírem mudas aos agricultores que não participaram das capacitações. Não adianta capacitar e implementar áreas, se elas não forem manejadas ou que acabem abandonadas. As propriedades onde ocorrem as intervenções devem ser propagadores de uma forma alternativa de envolvimento sócio-ambiental e produtivo que dá certo, e inclusive é mais digno e responsável.

Ao compreender as atividades realizadas hoje no quilombo, buscará enxergar nas proposições de Fischer (2002) o caminho para conduzir e ponderar o desenvolvimento social. A autora defende que: primeiro, o desenvolvimento não é somente uma política, mas um processo de mediação que articula múltiplos níveis de poder individual e social. Valorizar a participação comunitária desde a concepção de estratégias até o desenho de estruturas, monitoramento e avaliação, são fundamentais como elementos fundadores dos processos de desenvolvimento social. Segundo, o desenvolvimento social é um campo de conhecimento e parte de práticas distintas e contraditórias. Como afirma:

“A cooperação não exclui a competição; a competitividade pressupõe articulações, alianças, pactos. Fazendo, essencialmente, parte do ser e agir humanos, o conflito de percepções e interesses está presente também em formas organizativas e solidárias que, por sua vez, estão embebidas em contextos capitalistas ocidentais.” (FISCHER, 2002:27).

Terceiro, o desenvolvimento social é orientado por valores éticos, prudentes e responsáveis deve-se atender aos imperativos de eficácia e eficiência. Quarto, encaminhar o desenvolvimento social envolve, também, a gestão de redes, de relações sociais, mutáveis e emergentes, afetadas por estilos pessoais e comportamentos, pela história do gestor, pela capacidade de interação e por toda subjetividade presente nas relações humanas. E quinto e último, é necessário buscar um processo de desenvolvimento social que esteja envolto em contextos culturais que o conformam, e para quais contribui, “refletindo e transformando esses contextos de forma tangível e intangível.” Trata-se de acondicionar também o “simbólico e o valorativo, especialmente quando se trata de culturas locais e construção de identidades” (FISCHER, 2002:28)

Dessa forma, a comunidade experimenta grandes desafios, inclusive sendo reconhecida atualmente por projetos de sustentabilidade comunitária. A AMOC tem responsabilidades enormes, sendo referência na luta de comunidades negras no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Atua em outros quilombos da região, com intercâmbio de informações e práticas, fomentando a organização e autonomia de outras comunidades. Do mesmo modo, apresentando um caráter construtivo, que provêm de seu histórico. Nas

palavras do atual presidente da associação, em diálogo para o presente estudo, abordando o histórico da comunidade e os projetos, Vaguinho conta:

*“Antes o tempo era outro, mas a luta era a mesma. Não tinha associação, mas chamávamos as pessoas na roça, pra resolver um problema. Tinha organização de grupo, tinha lideranças. A comunidade era organizada e tinha uma unidade, um grupo. Hoje, nosso propósito é participativo e de construção de um processo coletivo. A gente nunca quer que a comunidade olha pra associação e diga: você resolve. Vou até usar exemplos: tem o viveiro, que tem mudas, que estão dentro de um projeto discutido com a comunidade. Se sabe como funciona, pra que servem as mudas. Tem os mutirões, tem reunião na quarta-feira. Ninguém chega aqui e fala: quero cinqüenta mudas. Não é assim. A muda tá lá pra plantar, mas tem que participar dos mutirões, discutir estratégia, fazer a capacitação. Não é obrigatório, mas é uma forma de construir esse processo. É construção de processo, não assistir a comunidade”.*

Uma importante fase do *PDA Mata Atlântica* tem sido a formação do *Plano de Manejo Comunitário*, uma iniciativa pioneira na região e conseqüente meta do projeto. O plano, respaldado pelos estudos e inventários anteriores, busca planejar a utilização de produtos florestais, inicialmente não-madeireiros, destinados a diversos usos. Os principais deles estão sendo a *Taboa* e as diversas sementes florestais. A *Taboa* é uma planta que habita áreas úmidas ou alagadas temporariamente, sendo sua fibra utilizada para fazer tapetes, cestos e outros artigos de palha. A infinidade de formas e cores das sementes florestais são predominantemente utilizadas para a produção de mudas e mais recentemente tem demonstrado grande potencial no artesanato.

Com estas propostas de ações e atividades e a abordagem participativa dos atores, espera-se poder contribuir com os objetivos do *PDA Mata Atlântica*: promover o desenvolvimento sustentável local, assegurando a utilização dos recursos naturais de forma ecologicamente sustentável e socialmente justa, contribuindo para a redução do processo de empobrecimento biológico e sociocultural na Mata Atlântica.

## **Capítulo 5 – Considerações Finais : Pressupostos e Caminhos**

“A ‘luta de classes’, a procura pelo equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo, tais são as três ordens de fatos que nos revela o estudo da geografia social e que, no caos das coisas, se mostram bastantes constantes para que se possa dar-lhes o nome de “leis”. Já é muito conhecer-las e poder dirigir, segundo elas, sua própria conduta e sua parte de ação na gerência comum da sociedade, em harmonia com as influências do meio (...). É a observação da Terra que nos explica os acontecimentos da História, e esta nos leva, por sua vez, a um estudo mais aprofundado de planeta, a uma solidariedade mais consciente de nosso indivíduo, ao mesmo tempo tão pequeno e tão grande, como o imenso universo”

Élisée Reclus em *A Natureza da Geografia* s/d:40.

Emerge enfim, ao final do trabalho, importantes questões e críticas, fruto da necessidade de se desenhar novos padrões de desenvolvimento que permitam conciliar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, preceitos estes que vêm a ser o próprio suporte filosófico da Agenda 21, o mais importante documento produzido pela ECO-92 no Rio de Janeiro, e até hoje pela CMMAD. As atividades

apresentadas pela comunidade reproduzem experiências bem sucedidas de manejo e produção agroflorestal, reforçando e ajudando a difundir o paradigma socioambiental. Por sua vez, a utilização de metodologias participativas neste processo estimula a organização das comunidades, ampliando a sua possibilidade de ocupação de espaços políticos.

A busca de uma sustentabilidade autônoma leva a pensar melhor sobre que desenvolvimento é esse da grande parte dos projetos e instituições públicas, que estão na maioria das vezes mais comprometidas com o voto na urna, que com o povo ao qual supostamente representam e deveriam dar satisfação. Apesar das existir ONG's de todos os tipos, e em sua grande maioria com propósitos assistencialistas (tirando o peso de consciência da classe média e rica), alguns projetos de assessoria aos movimentos sociais e às comunidades têm gerado bons frutos em diversas localidades do país.

Nota-se que na comunidade, cada vez mais, a maturidade da luta fomenta objetivos profundos. Poderíamos dizer, segunda a definição CASTELLS (1999), que a "identidade de resistência" vem mudando, se já não mudou completamente, para uma "identidade de projeto". O fato da organização do quilombo contar com mais de 30 anos e institucionalmente mais de 10 anos, com um histórico de resistência admirável, facilita a preparação e execução de programas e projetos.

A organização social se torna uma ferramenta fundamental para a abertura e conjugação de esforços, entre as mais variadas esferas da sociedade, sejam públicas ou privadas. Nota-se que o alto grau de articulação criou alternativas construídas conjuntamente, como efetivas práticas de mudanças e busca de melhorias sociais. Definitivamente a organização social é uma prerrogativa do desenvolvimento rural, mas onde a organização interna de comunidades é mais madura se notam facilidades para o "empoderamento" das mesmas. A organização é que possibilitou a titulação, e a partir da posse, toda dinâmica das ações e objetivos mudam.

Definitivamente, e nas palavras de Vaguinho, atual presidente da AMOC, é avaliado que:

*"sem a terra garantida você não avança nas questões. Até 1999 (ano da titulação), pra gente, foi uma luta e fomos coroados, aí a gente vê que foi um divisor de águas. A história do campinho é contada até 1999 e foi um capítulo. A partir desse momento é uma outra história, que é: lutar pelo desenvolvimento da auto-suficiência. Que são novos passos da comunidade, que não é fácil fazer esse avanço. Precisam de parceiros, capacitações, da comunidade unida, discutindo, propondo, buscando desafios. Estamos nesse processo."*

A criação de mecanismos que mantenha os excedentes é fundamental para aumentar a independência do quilombo. Para esse efeito, alguns moradores têm se capacitado em técnicas de *bioconstrução*, não dependendo tanto da compra de materiais de construção, que retinham grande parte da renda dos quilombolas. A bioconstrução tem como objetivo utilizar técnicas simples e com materiais locais, para a construção de casas, banheiros secos, espaços de armazenagem da produção, filtros alternativos e está dentro dos princípios agroecológicos.

A estratégia, pelo autoconsumo busca uma reprodução autônoma, que permeia a segurança alimentar, a alimentação saudável e a independência do mercado formal. Contrapondo a mercantilização da agricultura, que torna a reprodução social fruto de relações mercantis, o autoconsumo desconstrói a limitação de produzir para o mercado, se

especializando em determinado produto, e abre uma perspectiva de autonomia para os moradores, indicando uma visão progressista da comunidade. O papel da produção para o autoconsumo necessita ser enfatizado, pois não é muito evidenciado com a profundidade que merece. As relações que envolvem e impulsionam o autoconsumo têm reflexos diretos na reprodução social, diversificando a produção, economizando recursos financeiros e atendendo a demanda de consumo alimentar da família. Ocorre a criação de valores de trocas de diferentes produtos, promovendo a sociabilidade e contribuindo para a identidade social das famílias na comunidade.

A partir dos marcos destacado por Fischer (2002), ao final do capítulo IV, refletimos sobre as estratégias e caminhos da comunidade, sobretudo as que se referem às dificuldades encontradas nos projetos e a relação entre os quilombolas e a AMOC. A valorização do indivíduo e dos poderes sociais na construção do desenvolvimento local é basal em um movimento mais amplo de co-envolvimento. Valorizar a participação comunitária ao longo de todo processo é o que garante a efetivação das ações.

Saber dialogar, escolher parcerias e manter relações de contato para futuras alianças, faz parte do arranjo de interesses e concepções dos atores nas ações. Não se pode esquecer que vivemos na sociedade capitalista ocidental e precisamos reconhecer, compreender e buscar mudar as contradições que oprimem os diversos grupos sociais. Para manter os objetivos claros e a vontade de mudança acessa é preciso manter canais dialógicos constantes, criando confiança em ações coletivas, sobretudo no manutenção das metas, e mesmo após a finalização dos projetos.

A capacidade de interação em lidar com as diversas formas de poder, visões de mundo e histórico dos atores, assim como gerir diferentes concepções e conflitos de interesses que envolvem a subjetividade humana é um grande desafio dos quilombolas, e de todos os movimentos sociais populares. Administrar recursos físicos e financeiros aliada à questão da representatividade é muito difícil, necessitando capacitação administrativa e de encontrar na comunidade sua organicidade, fomentando a troca de angústias e objetivos. Nas instâncias representativas, precisa-se demonstrar eficiência, interação e transparência, garantindo à comunidade base de suas ações.

Uma avaliação que traz satisfação é a transformação no cenário das relações da comunidade com a cidade e com as outras comunidades. Ter orgulho de ser negro, quilombola, capoeirista, jongueiro, é um dos grandes e inestimáveis valores que foi adquirido pelos habitantes. A troca de experiências e visitas entre as comunidades mostra-se entre uma das estratégias mais eficazes no auto-reconhecimento da lutas e aprendizado mútuo. A transformação no panorama das comunidades negras na região, pela ajuda e acessoria da AMOC, que busca estruturar outras comunidades é de grande relevância, assim como as trocas de experiência em outras comunidades com experiências agroecológicas.

Mas ocorrem muitas dificuldades. O trabalho na “roça” ainda é visto como atraso. As casas tradicionais, feitas de pau-a-pique, são tomadas como barracos. Existe a necessidade de resignificação de valores autênticos e enraizados na história dessas comunidades. Valorizar o campo culturalmente é uma questão fundamental, que a Revolução Verde fez questão de desmoralizar e relegar como uma cultura de “segunda classe”. Fazer sua casa do barro e sair para plantar uma árvore não deveria ser visto como algo decadente. Esse é um dos maiores desafios no desenvolvimento no campo e principalmente dessa nova juventude rural, mais preocupada em consumir do que em cooperar.

Os trabalhos direcionados à juventude, na valorização de tradições respeitadas e valores culturais sustentáveis, vêm à constituição futura de importantes quadros sociais da luta dos quilombolas. O jovem quilombola, tem muitos desafios pela frente. Apercebe-se que têm desempenhando um belo papel e atraído grandes responsabilidades, sobretudo porque a maioria da força organizativa dos quilombolas compõe e produz, direcionado por/para jovens. Mas ocorrem problemas sérios com a juventude da comunidade, como problemas de saúde e educação (como gravidez precoce e utilização irresponsável de drogas) e no âmbito do interesse escolar. Seguramente o caso da juventude, que é extremamente relevante, necessita de um estudo mais direcionado.

Os recentes objetivos políticos que buscam re-espacializar seus enfoques na perspectiva do território e do local têm conseguido acenar para uma nova escala de dinâmicas e atuações no espaço social. Nota-se que nas esferas mais próximas de atuação, especialmente o local e/ou municipal, pode ocorrer uma resignificação institucional, contrária à reprodução dos arcadismos tradicionais da sociedade brasileira. Percebe-se que existem *malhas territoriais*, que em constante acomodação, criam e direcionam os caminhos e as atividades na comunidade.

Preponderantemente eclodem relevâncias que se buscam nas tentativas de geração e manutenção da renda na comunidade, presentes na bioconstrução e (produzir) produção para o autoconsumo. A falta de alternativas de geração e manutenção de renda, assim como a insegurança alimentar são os fundamentos de desestruturas e dependência destas comunidades, assim como sua pressão em áreas protegidas e conservação de recursos naturais. Aliar a resolução desses problemas à estratégias que fortaleçam esses alicerces, dão autonomia e independência, relevando-se um leque de alternativas eficazes.

Portanto, a organização e articulação das comunidades quilombolas se mostram complementares no desenvolvimento de alternativas de reprodução social das mesmas. Conhecer experiências, trocar saberes, buscar construir uma ciência que dialogue com o senso comum, e assim tornar o conhecimento plural, popular e democrático, que se ensaja na realidade; um senso comum crítico e participativo, desmistificante.

## Referências Bibliográficas

**ABRAMOVAY, Ricardo.** *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.* Economia Aplicada. Vol.4, nº 2, abril/junho. 2000

\_\_\_\_\_. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, em *Estudos Rurais*, 2ª ed, Campinas: Hucitec, 1998

**ACSELRAD, Henri.** *Território e Poder – a política das escalas*, em: FISCHER, T.(org.), *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação.* Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

**ANDRADE, Manoel Correia de.** *Geografia do Quilombo*, em: CLÓVIS, M. (org.), *Os quilombos na dinâmica social do Brasil.* EdUFAL, 2001.

**ALMEIDA, Jalcione.** *Da Ideologia do Progresso à Idéia de Desenvolvimento (Rural) Sustentável*, em: ALMEIDA e NAVARRO (org.), *Reconstruindo a Agricultura: Idéias e Ideais na Perspectiva de um Desenvolvimento Rural Sustentável.* Porto Alegre: UFRGS, 1997 (mimeografado).

**ALMEIDA, Alfredo Warner.** *Os Quilombos e as Novas Etnias*, em: LEITÃO (org.), *Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais.* São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

- BIANCHINI, Valter.** *Estratégias de Desenvolvimento Rural*, em: SILVA, J.G. et. al., *O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. Textos para Discussão, Nº2. Brasília : MDA/CNDS/NEAD, 2001.
- BOURDIEU, Pierre.** Esboço de uma Teoria da Prática. Precedido de três Estudos de *Etnologia Kabila*. Oeiras: Celta, 2002 (mimeografado).
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CAPRA, Fritjof.** *Educação*, em *Meio Ambiente no Século 21*, TRIGUEIRO, A. (org.). Campinas: Armazém do Ipê, 2005.
- CARVALHO, Horácio de Martins.** *A Emancipação do Movimento no Movimento de Emancipação Social Continuada*. em: *Produzir para Viver – Os Caminhos da Produção Não-Capitalista*, SANTOS (org.).Rio de Janeiro: Record, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Formas de Associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas de Reforma Agrária no Brasil*. Curitiba, 1998 (mimeografado).
- CASTELLS, Manuel.** *O Poder da Identidade*, tradução: Klauss Gerhardt, em *A Era da Informação, Economia e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DIAS, Marcelo Miná.** *Glossário de Termos Utilizados em Desenvolvimento Rural*. Instituto Souza Cruz, 2007 (mimeografado).
- DIAS, Reinaldo.** *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003
- FISCHER, Tânia .** *Poderes Locais, Desenvolvimento e Gestão – Introdução a uma Agenda*, em: FISCHER, T. (org.), *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- GALEANO, Eduardo.** *O Livro dos Abraços*, tradução: Eric Nepomuceno, 10ª ed., Porto Alegre: LePM, 2003.
- GOMES, F.** *Quilombos do Rio de Janeiro do Século XIX.*, In: REIS, J. J. & GOMES, F. S. (orgs.): *Liberdade Por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- GODBOUT, J.** *O Espírito da Dádiva*, Tradução Patrice Charles, pp, 11. Rio de Janeiro: FJV, 1999
- GRISA, Catia.** *A Produção “pro gasto” : Um Estudo Comparativo do Autoconsumo no Rio Grande do Sul*. Tese de Mestrado. Porto Alegre, 2007. (mimeografado)
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo.** *Turismo e etnicidade*, em: *Horizontes Antropológicos*, vol.9, no.20, Porto Alegre, 2003.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla.** *Origem, Evolução e Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável*, em: *Reconstruindo a Agricultura: Idéias e Ideais na Perspectiva de um Desenvolvimento Rural Sustentável*, ALMEIDA e NAVARRO (orgs.). Porto Alegre: UFRGS, 1997 (mimeografado).
- IBAMA.** *Unidades de Conservação do Brasil. Vol. 1 – Parques Nacionais e Reservas Biológicas*. Brasília: IBAMA, 1998
- \_\_\_\_\_. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra Bocaina, 2002*. Disponível em: [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br), acesso em 20/07/2007.
- \_\_\_\_\_. *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, 2004*. Disponível em: [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br), acesso em 20/07/2007.
- IBGE.** *Dados de Municípios Brasileiros 2000*. Disponível em [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br), acesso em 20/07/2007.
- INCRA.** *A Atuação do Incra em Comunidades Remanescentes de Quilombos*. INCRA, 2003. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), acesso em 22/07/2007.

- ITERJ.** *Ficha de Regularização Fundiária. Título: PROCESSO DE TITULAÇÃO DO QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA.* ITERJ, 2005. **JAMESON,** Fredric. *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio.* 3 ed. São Paulo: Ática: 2002.
- NAIDIN, Hugo.** *Quilombos: Sonhos e Resistência na Luta pela Vida e Pela Terra,* em: *Batucadas Brasileiras,* Vol.1, Nº 2 . Rio de Janeiro: Koinimia, 2006.
- KUHN, Thomas S.** *A Estrutura das Revoluções Científicas,* 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1987.
- MARTINS, José de Souza.** *A Sociabilidade do Homem Simples.* São Paulo: Hucitec, 2000.
- MELLO, D.** *Paraty: Roteiro do Visitante.* Câmara Municipal de Paraty, Instituto Histórico e Artístico de Paraty. Paraty: Dias, 2002.
- MOREIRA, José Roberto.** *Ruralidades e Globalização: Ensaio de uma Interpretação,* em: *Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo,* MOREIRA, J. R. (org.). Rio de Janeiro: NEAD/DPeA, 2005
- MOREIRA, José Roberto e Gaviria, Margarida Rosa.** *Tensões entre Diferentes Ruralidades na Comunidade de Taquari,* em *Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo,* MOREIRA, J.R. (org.). Rio de Janeiro: NEAD/DPeA, 2005
- MOREIRA, Ruy (Org.).** *O Estado do Rio de Janeiro na Obra de Lamego,* em: *Reestruturação Industrial e Espacial do Estado do Rio de Janeiro,* MOREIRA (org.). Niterói: GERET, 2003
- MORIN, Edgard.** *Introdução ao Pensamento Complexo.* Porto Alegre: Meridional, 2005
- MMA/IDACO.** *PDA Mata Atlântica – Desenvolvimento Participativo e Sustentável de Comunidades Tradicionais do Litoral Sul Fluminense.* Período 2007-2009. MMA/IDACO, Paraty, 2006.
- NAVARRO, Zander.** *Desenvolvimento Rural no Brasil: os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro.* Revista Estudos Avançados, vol. 16, Nº 43, 2001. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados, 2001
- Observatório Quilombola.** *Território e Quilombos no Brasil,* 2006. Disponível em: [www.koinimia.org.br](http://www.koinimia.org.br), acesso em 22/07/2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.** *Barbárie e Modernidade: As Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil.* São Paulo: Terra Livre, ano 19, v.2, nº. 21, 2003.
- PIERRE, Deyon.** *O Desenvolvimento Territorial: Contexto Histórico.* Documentação Francesa, 2001.
- RECLUS Élisée.** *A ação do homem como modificador das condições naturais, dominando e transformando a natureza,* em: *La Terre.* 4 éd. Paris, Hachette, 1881, em *Coleção Grandes Cientistas Sociais Élisée Reclus,* pp.42, Nº 49, (org.) ANDRADE, M. C. São Paulo: Ática, 1985
- \_\_\_\_\_. *L'homme et la Terre,* em: *La Terre.* 4 éd. Paris, Hachette, s/d, em *Coleção Grandes Cientistas Sociais Élisée Reclus,* pp.38, Nº 49, Organização de ANDRADE, M. C. São Paulo: Ática, 1985
- RIBEIRO, Darcy.** *O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza.** *Reinventar la Democracia. Reinventar o Estado.* Lisboa: Gadiva, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade,* 9 ed. São Paulo: Cortez, 2003.



- SANTOS, Milton.** *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* – São Paulo: EDUSP, 2002
- SANTOS, Milton e Silveira, Maria Laura.** *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHNEIDER, Sérgio.** *A Pluriatividade na Agricultura Familiar.* Porto Alegre: UFRGS, 2003
- SILVA, José Graziano da.** *O Que Há de Realmente Novo No Rural Brasileiro*, em: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, vol.19, N° 1, 2002 (mimeografado).
- SILVA, José Graziano da. et.al.** *Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de desenvolvimento Local, Projeto Rurbano*, 1999. disponível em: [www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano](http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano), acesso em 20/7/2007
- SOJA, Edgard W.** *Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica.* Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOS Mata Atlântica .** *Atlas da Evolução dos Remanescentes Florestais e Ecossistemas Associados no Domínio da Mata Atlântica – Período 1990-1995*, em: *Atlas da Mata Atlântica*, Rio de Janeiro: SOS Mata Atlântica, 2000.